

Ata Circunstanciada da 15ª Sessão Ordinária

**ATA DE SESSÃO PLENÁRIA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 15ª
(DÉCIMA QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER O PROJETO DE LEI Nº 3.069/2022, QUE "DISPÕE SOBRE A
PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO
DISTRITO FEDERAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".
DE 9 DE MARÇO DE 2023.**

PRESIDENTE (DEPUTADO ROOSEVELT VILELA) – Declaro aberta a presente sessão ordinária de quinta-feira, 9 de março de 2023, às 15h01min.

Sobre a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Thiago Manzoni a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROOSEVELT VILELA) – O Expediente lido vai a publicação.

De acordo com a aprovação do Requerimento nº 98/2023, de autoria da Comissão de Assuntos Sociais, a sessão ordinária de quinta-feira, dia 9 de março de 2023, será transformada em comissão geral para debater o Projeto de Lei nº 3.069/2022, que "dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no Distrito Federal, e dá outras providências".

(A sessão transforma-se em comissão geral.)

PRESIDENTE (DEPUTADO ROOSEVELT VILELA) – Convido as senhoras e os senhores Deputados, bem como todos que desejarem, para participarem do debate em plenário.

Convido a Deputada Dayse Amarílio para presidir os trabalhos da comissão geral.

Está suspensa a presente comissão geral.

(Suspensa às 15h05min. A sessão é reaberta às 15h25min.)

(Assume a Presidência a Deputada Dayse Amarílio.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Boa tarde. Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos ao dar as boas-vindas a todos os presentes.

Tenho a honra de declarar reabertos os trabalhos desta comissão geral, da Comissão de Assuntos Sociais, para debater o Projeto de Lei nº 3.069/2022, que "dispõe sobre a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no Distrito Federal, e dá outras providências".

Agradeço aos servidores da Casa, aos novos Deputados aqui presentes e também à *TV Câmara Distrital*, ao audiovisual e a toda a nossa equipe. Muito obrigada.

Convido a compor a Mesa o Subsecretário da Receita – SEFAZ – Secretaria de Fazenda do Distrito Federal, Sr. Sebastião Melchior Pinheiro; o Diretor-Presidente da CEB – Companhia Energética de Brasília, Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia; a Diretora de Política Externas do Sindicato dos Urbanitários no Distrito Federal – STIU-DF, Sra. Rosângela Pereira Rosa; o Diretor Executivo de Regulação da ABRADÉE – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Sr. Ricardo Brandão; o Secretário de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal, Sr. Luciano Carvalho de Oliveira; o meu amigo, Líder do Governo, Deputado Robério Negreiros. (Palmas.)

Quero agradecer também a alguns usuários, moradores de algumas regiões, que nos

procuraram, conversaram conosco e já estão na Casa desde às 14h, esperando esta comissão. Sejam muito bem-vindos!

Na Comissão de Assuntos Sociais, temos o dever de realmente abrir, de discutir, de colocar a Câmara Legislativa do Distrito Federal à disposição, para que possamos discutir temas tão relevantes como este.

Agradeço ao Presidente da CEB, que já me disse que preparou uma apresentação muito boa para que possamos discutir este projeto que chegou no ano passado. Agradeço, também, ao meu amigo, guerreiro, Deputado Chico Vigilante, que, principalmente para nós, novatos, é uma referência.

Quero, também, registrar a presença da minha querida, maravilhosa, ex-Deputada Distrital, Júlia Lucy, que está aqui representando o pessoal da Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF, e que vai falar. Registro a presença, ainda, do ex-Deputado Rogério Ulysses. Nobre Deputado, muito obrigada!

Nós queremos ouvir muito – viu, Presidente? –, ouvir bastante, tirar nossas dúvidas, abrir a fala para vocês.

Quero fazer algumas considerações iniciais, principalmente para poder ambientar quem está assistindo a esta reunião, para o pessoal que tem dúvidas. Vou fazer um breve histórico.

O Projeto de Lei nº 3.069/2022, de autoria do Poder Executivo, dispõe sobre a prestação de serviços de iluminação pública no Distrito Federal. O referido projeto foi lido, nesta Casa, no dia 13 de dezembro de 2022, na última legislatura. Pela leitura simples do projeto encaminhado a esta Casa, o Distrito Federal busca outorgar à Companhia Energética de Brasília, diretamente ou por meio de suas controladas ou subsidiárias integrais, mediante concessão, a prestação de serviços de iluminação pública no Distrito Federal.

A concessão seria regulamentada por meio de contrato específico, e, para a execução dos serviços, a concessionária poderá contratar com terceiros o desenvolvimento de atividades inerentes, acessórias, ou complementares aos serviços, bem como a implementação e a execução de atividades relacionadas. Eventual transferência da concessão de serviços de iluminação pública, nos termos do projeto apresentado, seria autorizada pelo poder concedente.

Em arremate, o projeto busca tratar do uso do produto da arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP e eventual recomposição dos recursos desvinculados da CIP, a título de desvinculação das receitas dos estados e municípios.

A referida proposição foi distribuída às comissões. São quatro comissões: CCJ – Comissão de Constituição e Justiça, CEOF – Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, CDESCTMAT – Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo e CAS – Comissão de Assuntos Sociais.

Uma vez que a proposição tramita em regime de urgência, o prazo para as emendas já foi superado, ao mesmo tempo, para todas as comissões, na forma do Regimento Interno da Casa. Foram apresentadas, até o momento, seis emendas, cuja análise será realizada no momento da elaboração do parecer.

Neste momento, a ideia da comissão geral é dar luz ao tema, que é extremamente importante para toda a sociedade do Distrito Federal, haja vista que a iluminação pública tem impactos em diversas áreas da nossa cidade. Alguns assuntos são de extrema importância e devem ser esclarecidos pela empresa e pelos órgãos do governo, que é o que a gente busca neste momento, Presidente.

Em primeiro lugar, o próprio modelo e se, de fato, ele é o mais viável. Por outro lado, se a lei não retira desta Casa a competência para avaliar a concessão dos serviços públicos. Por fim, como se daria o procedimento de recomposição desses recursos em razão da recomposição da receita dos estados e municípios.

Eis a importância da comissão. Sabemos e salientamos a necessidade da resolução da questão, sobretudo porque o serviço de iluminação pública não pode ficar acéfalo. Contudo, diante da complexidade do tema e da necessidade de esclarecimento, é preciso ouvir as autoridades do Poder Executivo, os trabalhadores, a comunidade. Esta última sempre a mais afetada por qualquer tomada de decisão que a gente for fechar aqui.

E, por fim, por que falar de um projeto como esse no mês da mulher e qual o impacto disso? Tudo. Tudo! A gente não pode falar de violência contra a mulher sem a gente falar um pouco de tudo. Acho que a iluminação pública está em diversos aspectos da nossa vida. Não tem como não se pensar

nisso. Falar de iluminação pública é falar de saúde e é falar de segurança em um momento em que o Distrito Federal está com nove casos de feminicídio.

Não dá mais para a gente olhar para um problema e achar que o problema é só aquilo. Uma coisa de que eu sinto muita necessidade, como servidora pública – eu falo muito isto nesta Casa, não é, Deputado? –, é intersetoriar, conversar. A gente precisa que as secretarias conversem. A gente precisa, muitas vezes, entender que o Poder Executivo – é uma grande missão, não é fácil ser Executivo – precisa conversar com esta Casa; e esta Casa, com o Poder Executivo.

No meu primeiro encontro com o Governador Ibaneis, assim que descobri que eu tinha sido eleita – o que também foi uma surpresa, porque não foi fácil –, falei a ele que eu descobri, nos corredores desta Casa, que a gente estava do mesmo lado no seguinte ponto: a gente quer a mesma coisa, que é uma Brasília melhor. Muitas vezes, em posições ideológicas diferentes, mas estou aqui para servir e para defender as pessoas que precisam desta Casa. É essa a importância.

Por isso, coloco a Comissão de Assuntos Sociais à disposição. Por isso, temos trabalhado tanto, visitando os equipamentos públicos, trazendo a discussão e trazendo a Câmara para perto de vocês.

Eu gostaria de lembrar também que, para a gente começar as nossas ponderações, quem quiser falar já pode fazer o registro, para a gente poder fazer o controle também das falas. Basta procurar o Cerimonial para a gente já fazer as inscrições, ok?

Bem, a partir deste momento, então, vamos ouvir a pessoa que nós queremos ouvir. Eu queria passar a palavra para o nosso Presidente, Edison Antônio, que já fez contato com a gente. A assessoria esteve conversando com a gente ontem e parece que preparou um material muito bom, esclarecedor. Depois a gente vai abrir a palavra para tirar as nossas dúvidas.

Eu queria fazer o registro da presença do meu pastor – ali ao lado do Deputado Chico Vigilante –, o Deputado Pastor Daniel de Castro, e do Deputado Max Maciel.

Já chegou, então, o Deputado Max Maciel, meu companheiro de bloco. O Deputado Ricardo Vale também já está aqui no plenário.

Concedo a palavra ao Deputado Pastor Daniel de Castro.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Presidente. Eu terei que me ausentar, porque tenho esses dias passado por uns probleminhas, e preciso ajustar umas coisas, mas eu não poderia deixar de estar, nesta tarde, nesta comissão geral presidida por V.Exa. – o que nos honra. Parabéns.

Parabéns ao Deputado Robério Negreiros, que está na Mesa, e também aos nossos amigos que a compõem. De forma especial, na pessoa do Luciano e do Dr. Edison, eu quero cumprimentar toda a Mesa.

Quero registrar a satisfação que eu tenho em ter feito parte do governo do nosso Governador Ibaneis Rocha.

Presidente, faço questão de fazer uso da palavra, para, mais uma vez, clamar ao nosso Judiciário. Pese que, como advogado, eu entendo que esse tem feito o seu papel, mas nós estamos clamando a volta do nosso Governador Ibaneis, que está afastado por noventa dias, mas junto com ele está afastada a voz de 835 mil pessoas que confiaram a ele um novo mandato. S.Exa. foi eleito de uma forma inédita, no primeiro turno, aqui no Distrito Federal.

Então, mais uma vez, eu vou estar sempre repetindo esse registro, e o faço ao saudar esses companheiros. Eu tive a oportunidade de fazer parte do governo, do Governador Ibaneis, no primeiro mandato. Eu sei o tanto que S.Exa. ama esta cidade, o tanto que se dedicou a esta cidade, e se dedicou por meio desses homens que estão aí. O companheiro Edison, lá na CEB, estava atento a tudo o que a gente precisava, ajudando, não media esforços – nem ele, nem o Luciano, como Secretário de Obras, que ajudou tanto Vicente Pires.

Fica aqui um registro a V.Exas. de mais um pedido deste Parlamentar. Nós precisamos ter um cuidado especial com o 26 de Setembro. A iluminação pública do 26 de Setembro é uma coisa muito complicada, Dr. Edison, o senhor sabe disso.

As ruas 1, 2 e 3 são ruas oficiais, cobertas pela CEB, com conta de luz, tudo direitinho, e lá a CEB entra. Mas nas ruas 4, 5 e 6, nós estamos chegando a 50 mil moradores, e como lá é – como é dito – uma iluminação não oficial, esses moradores acabam utilizando energia por gambiarra. Quer dizer que eles a utilizam e não pagam a CEB, porque definitivamente nós não vamos lá regularizar essa questão de iluminação pública.

O que mais me preocupa, Presidente Deputada Dayse Amarílio, Deputado Max Maciel, é que lá estão pessoas, são 50 mil famílias. Temos históricos lá, Dr. Luciano, de pessoas que fazem uso de aparelho de respiração, que é ligado na tomada, e lá falta energia quase todos os dias, por conta da sobrecarga. Às vezes, essas pessoas necessitam e, se esse aparelho não tiver uma bateria sobressalente, sabemos que o perigo de morte é iminente.

Então, fica aqui o registro deste Parlamentar que, por toda a vida, tem cuidado daquele pedaço ali com muito carinho, com muita dedicação. Foi um pedido do Governador Ibaneis sempre para nós – fica esse registro –: termos um olhar especial, uma atenção muito especial aos moradores do 26 de Setembro.

Eu sei que o senhor tem um coração muito grande e pode ter certeza de que eu tenho aqui comigo a convicção de que o senhor vai nos ajudar muito naquele pedaço.

Muito obrigado. Agradeço também, porque falei com o senhor e já recompuseram a iluminação da DF-001. Estava toda apagada e ontem estava toda acesa.

Muito obrigado, Presidente. Fica aqui esse registro. Não poderia perder esta oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Deputado Pastor Daniel de Castro. O pedido do senhor é uma ordem! É isso mesmo! Obrigada pela sua presença.

Então, eu queria agradecer e já passar a palavra para ao Diretor-Presidente da CEB, Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, que vai fazer a nossa apresentação.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Boa tarde, Presidente Deputada Dayse Amarílio. Quero aqui saudar a senhora e, na sua pessoa e na pessoa da Sra. Rosângela, quero saudar o Stiu-DF. Na pessoa da senhora saúdo todas as mulheres presentes e faço uma homenagem a elas no mês em que se comemora o Dia Internacional das Mulheres.

Quero saudar o nosso Deputado Robério Negreiros, Líder do Governo nesta Casa. Saúdo, também, o Deputado Chico Vigilante; o Deputado Pastor Daniel de Castro; o Deputado Max Maciel; o Deputado Ricardo Vale; a ex-Deputada Júlia Lucy, representando a Associação Comercial; e o ex-Deputado Rogério Ulysses. É um prazer revê-lo aqui e todos que vieram a esta Casa.

Saúdo o Secretário de Obras, Sr. Luciano, um grande companheiro e pessoa bastante dedicada a esta questão da iluminação pública na Secretaria de Obras. Saúdo também o Sr. Ricardo Brandão, Diretor de Regulação da Abradee, um dos maiores especialistas do País na área de regulação do setor elétrico. Saúdo os diretores da CEB, Dr. Wanderson, Dr. Uchôa, Dr. Jairo; o representante do Secretário Itamar, Sr. Sebastião, que está conosco aqui também.

Presidente, antes de começar a minha apresentação, eu gostaria de dizer que o Deputado Pastor Daniel de Castro – que é um grande amigo e fez uma excelente administração em Vicente Pires – mencionou um aspecto e, como ele vai se ausentar, eu não gostaria de deixar de mencionar os pontos que ele disse. Realmente, fizemos a recomposição na BR-001, que estava apagada, conforme a solicitação de S.Exa. Agradeço-lhe por ter nos alertado do problema. Isso foi feito.

Lamentavelmente, detectamos mais um dos inúmeros e rotineiros casos de furtos: furto de cabo, furto de transformador. A gente não consegue coibir essa quadrilha que grassa livre, leve e solta no Distrito Federal. Então, isso é um problema sério! Apagões que acontecem de inúmeros postes não é uma lâmpada queimada. Quando tem uma lâmpada, é uma lâmpada. Quando tem um circuito de meio Eixão Norte ou é cabo ou transformador. Via de regra são furtos reiterados que a gente vem recompondo e a polícia tem feito um belíssimo trabalho de investigação.

Quanto à questão da energia e da iluminação do 26 de Setembro, o pastor é um grande brigador, dedicado. A Deputada Celina Leão à época, hoje nossa governadora em exercício, fez um grande trabalho de regularização do 26 de Setembro, porque é uma área federal. Todos nós sabemos que ali é uma área de ocupação irregular de uma área federal. Qual foi o grande trabalho do Governo Federal na SPU – Secretaria do Patrimônio da União? Transferi-la para o Distrito Federal para fazer a regularização.

Há uma decisão judicial da Vara de Meio Ambiente, desde a época do Governo Arruda, que impede a CEB, a CAESB – Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal e todas as concessionárias de fazer ligações oficiais em ocupações irregulares. Nós conseguimos, neste Governo Ibaneis, que as áreas irregulares declaradas “em regularização” pudessem, sim, receber a energia regular. Isso foi feito em Arniqueira, foi feito no Morro da Cruz, foi feito na Ponte Alta do Gama, e várias regularizações foram feitas, mas no 26 de Setembro ainda há pendências.

Então, tenho certeza de que V.Exa., com a sua liderança, a sua dedicação junto à bancada federal e aos Deputados Distritais, saberá endereçar a final e merecida regularização do 26 de Setembro.

Então, dito isso...

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Permita-me..., porque acho que esta é uma pauta muito importante. Estou falando de 50 mil pessoas.

Concordo com V.Sa., mas tem um detalhe: a área já está desafetada, já foi passada para o Governo do Distrito Federal e já está em cartório. Desde dezembro do ano passado, a área já está em registro cartorial. Portanto, já é passível de regularização.

Portanto, a minha pergunta, Dr. Edison, é a seguinte. As ruas 1, 2 e 3 são oficialmente cobertas pela CEB. Lá tem os postes, lá tem a conta de energia. Então, hoje, podemos dizer que o 26 de Setembro já está em processo de regularização. O Mateus já está com o estudo sendo feito. Já, já chega a esta Casa o projeto de lei que trata da regularização. Aí, abriremos uma grande audiência pública na cidade com o projeto urbanístico.

Então, acho que assim a gente já suplanta... Não sei se estou correto. O senhor pode me ajudar, já o que o senhor é o *expert* da matéria aqui.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Perfeito. O senhor traz informações preciosas. Então, a gente vai enfrentar rapidamente o projeto e a verificação do 26 de Setembro, em especial as ruas mencionadas. A gente conversa sobre o detalhamento lá. Com certeza, teremos sempre, como tivemos em Vicente Pires, o senhor como administrador, com toda boa vontade de fazer todas as ruas, a rua 3, a rua 10 e tantas outras. Muito obrigado.

Seguindo, Deputada, quanto à questão das mulheres, trago uma notícia que muito me honrou. Depois de uma conversa bastante longa com a Secretária da Mulher, Giselle, foi levado à governadora um programa que a CEB tem desde 2019, Deputado Max Maciel. É um programa que a gente intitulou Luz que Protege.

Nós vamos estender esse programa no grupo de trabalho para o qual fomos designados pelo decreto da governadora. É um grupo de trabalho para a proteção das mulheres, principalmente em pontos de ônibus.

Quais são as estatísticas que temos de feminicídio? Cerca de 61% dos feminicídios ocorrem dentro das residências; 61% deles são cometidos por ex-companheiros, ex-cônjuges, pessoas próximas e ligadas às vítimas. Então, qual é a nossa preocupação? Como são os 39% dos feminicídios que ocorrem fora das residências?

O que nós detectamos, no estudo que estamos fazendo, é que 55% das mulheres têm atividade laboral, seja como assalariadas, seja como autônomas, e 11% são universitárias. Isso nos leva a pensar que 75% são mulheres que desembarcam à noite vindo do seu trabalho, da sua faculdade. Então, elas acabam sendo vulneráveis. Nós nos dedicamos a levantar como está sendo o índice de violência nos pontos de ônibus, no desembarque e nas áreas escuras que levam até os centros de conexão.

Então, nós lançamos um estudo – já conversei com o Secretário Valter Casimiro –, temos mais de 1.500 pontos de ônibus com pontos de iluminação que serão ampliados, e vamos atingir um programa de luz nos pontos de ônibus para melhorar a luminosidade em volta deles. Porque o programa Luz que Protege, de 2019, que eu vou mencionar na minha apresentação, vem de uma concepção do início do Governo Ibaneis de saber, na definição de prioridades com os poucos recursos que temos da sobra de investimento da CIP, qual o caminho que vamos tomar e onde vamos começar a investir.

Nós identificamos, por meio do Mapa do Distúrbio da Secretaria de Segurança – um belíssimo trabalho feito na Secretaria de Segurança –, onde estão concentrados os pontos de maior violência, os índices dos boletins de ocorrência e onde isso ocorre. Nós pegamos esse Mapa do Distúrbio – lembra, Secretário Luciano? –, trabalhamos e colocamos sobre a cidade. Houve uma coincidência: os mapas que tiveram a maior concentração de violência também tiveram escuridão.

Então, ali, nós lançamos um conceito em que acreditamos, Deputada: a iluminação pública está diretamente ligada à sensação de segurança, à sensação de proteção. Por isso nós criamos, à época, o programa Luz que Protege. Esse programa traz essa sensação.

Hoje eu escuto muito – e sei que também os Deputados escutam –, já ouvi pronunciamentos

de vários Deputados em que dizem: "A sensação é que a cidade está escura".

Eu queria pedir licença para passar um vídeo para vocês que explica o que nós detectamos em estudos e pesquisa que fizemos. Por que a cidade está escura? Qual é a sensação de escuridão?

Pode passar o vídeo, por favor.

(Exibição de vídeo.)

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Temos outro vídeo. Pode passar o outro.

(Exibição de vídeo.)

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Obrigado.

O que a gente vê nessas imagens é o que justifica uma sensação que é real: a sensação de quem vive em luzes de vapor de sódio, que são as amarelas, e de quem conhece o mundo novo da luz de LED.

Eu desafio todo mundo a entrar numa superquadra da Asa Sul, em vapor de sódio; depois, entrar na LED; e voltar. O que eu escuto, Deputada Dayse Amarílio, quando participo das reuniões do CONSEG – Conselho Comunitário de Segurança do Plano Piloto, da Asa Norte, é que as pessoas que conhecem o LED têm a sensação de que moram nas trevas.

E é verdade. É como se nós saíssemos do nosso quarto, naquela luz aconchegante para assistir um filme, entrássemos na cozinha, com uma luz fria, e voltássemos para o quarto. É uma percepção de diferença enorme, porque a luz de LED é muito mais potente, é muito mais clara, gera maior luminosidade. A sua luminotécnica é muito mais eficiente e muito mais econômica, a ponto de ter de 50% a 55% a mais de economia.

Eu abro a minha apresentação com essa capa, que é uma foto aérea que mostra o contraste entre Eixão Norte, em LED, e as tesourinhas, em vapor de sódio. Dá para ver a diferença: o que é o mundo novo no LED e o vapor de sódio no resto da cidade.

Essa sensação... Quando me perguntam: "Ah, minha rua está mais escura?" Eu digo: "Tem alguma lâmpada queimada?" "Não." É simplesmente a mesma iluminação que está ali desde 2005, quando a ELETROBRAS – Centrais Elétricas Brasileira S.A. fez um programa, o RELUZ – Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente, por meio do qual foram implantadas na época, Deputada, 110 mil lâmpadas no Distrito Federal. Em 2005. Foi o grande programa de troca de luminárias de vapor de mercúrio por vapor de sódio. Era a grande revolução das lâmpadas amarelas de LED, só que elas estão aí desde aquela época. Queima, troca, queima, troca. As lâmpadas têm uma vida útil já completamente saturada.

O que precisa ser feito? Nós encontramos o DF – Distrito Federal, em 2019, com 8 mil lâmpadas de LED, principalmente no Eixão e em algumas vias das grandes cidades. No Governo Ibaneis, nos quatro anos, com o programa Luz que Protege, nós já trocamos 106 mil lâmpadas na cidade. É um programa consistente de iluminação, dentro dos recursos pequenos que nós temos.

Então, o que eu quero dizer – e abro aqui a nossa apresentação, o nosso debate, a nossa discussão – é que nós estamos trazendo um programa de governo e todos nós estamos em uníssono na mesma intenção de fazer do DF uma cidade 100% em LED.

Nós temos um único problema, um só: resolver como financiar isso. O nosso problema é: orçamento, dinheiro. Vou explicar para vocês o porquê de a CIP não ser suficiente para fazer o projeto consistente que a gente propõe. Eu já falei um pouco sobre o programa Luz que Protege.

(Apresenta projeção.)

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Aí é, mais ou menos, uma *timeline* rápida sobre como começou a CEB.

Em 1968, ela é criada para substituir o Departamento de Força e Luz da NOVACAP – Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

Aí vem seguindo a história do setor elétrico, mas o fato é que, em 2019, a gente cria o programa Luz que Protege. Em 2020 – isso é importante –, nós temos um decreto do governador e um contrato com a Secretaria de Obras que já outorga para a CEB a concessão, dentro de uma análise jurídica da lei complementar que criou a CIP, porque a lei complementar que criou a CIP, a Lei Complementar nº 673/2002 do DF, que a instituiu para os custos de iluminação, dizia que quem iria gerenciar a CIP e a iluminação pública do Distrito Federal seria a Companhia Energética de Brasília e

sua distribuidora.

Então, dentro de uma interpretação que se fez, a gente celebrou esse contrato. Qual o ponto que pegou na execução? Como gerenciar o orçamento da CIP dentro dessa triangulação com a Secretaria de Fazenda. Aí se entendeu ser mais prudente, para dar juridicidade e evitar qualquer tipo de questionamento, fazer um profundo estudo. Fizemos um recadastramento, já com base no contrato, e entendemos por bem, até por uma recomendação da Procuradoria-Geral do DF, enviar um projeto de lei para dar uma segurança jurídica e não só se basear na lei complementar anterior.

Agora, nós temos ali uma retrospectiva da iluminação pública do Distrito Federal. Como eu já disse, em 2005, havia 110 mil lâmpadas, e um investimento, em 2008, de 7 milhões de reais, com 8.300 luminárias implantadas.

O que nós temos hoje? Qual é o nosso parque? Brasília é o terceiro parque do Brasil. O primeiro parque é São Paulo, com 660 mil lâmpadas; o segundo parque é o Rio de Janeiro, com 470; e nós temos quase 370 mil lâmpadas. Essas lâmpadas são todas hoje cadastradas, numeradas, identificadas e fotografadas. Nós investimos já 66 milhões nesses quatro anos e atingimos 29%, 30% do nosso parque, chegando ao número de 106.708 luminárias de LED.

Vamos ver Brasília, como ela está? Você consegue colocar o Exati? Temos um programa hoje – pouca gente sabe – que mostra na tela, de forma real, o Distrito Federal em LED e em vapor de sódio. Dê mais uma aproximação. Ali, o que está em azul é LED e o que está em amarelo é vapor de sódio. Então, nós podemos ver, ali no Riacho Fundo, quase 100% de LED na cidade. Por exemplo, aí em está quase 100%, como é que a gente construiu isso? Com o apoio inequívoco, fundamental de Parlamentares. Era um pouquinho de CIP e muita emenda parlamentar.

A Deputada Júlia Lucy é a responsável pela iluminação do setor comercial. Foi emenda dela que iluminou todo o Setor Comercial Sul e uma série de outras quadras. O Deputado Leandro Grass fez uma emenda, no passado, em que nós trocamos toda a 402 Sul e toda área comercial, que está linda. A Deputada Arlete Sampaio fez a 106 Norte, fez a QL 28, QI 8 do Lago Sul. Deputado Chico Vigilante fez emendas para Ceilândia. O Deputado Reginaldo Sardinha iluminou o Cruzeiro. Mostrem o Cruzeiro inteiro em LED. É a primeira cidade 100% em LED até a Octogonal. Deputado Reginaldo Sardinha passou quatro anos. O Deputado Robério Negreiros fez um monte de emenda para as cidades. O Deputado João Cardoso fez emendas para Sobradinho. Enfim, eu poderia citar cada emenda de cada um.

O Deputado Hermeto iluminou a Candangolândia inteira. Mudou a vida social de Candangolândia. Na praça, hoje, as pessoas passeiam de noite. Há a subida do Núcleo Bandeirante ali naquela ciclovía, naquele calçadão, naqueles PECs – Ponto de Encontro Comunitário: o Deputado Hermeto se dedicou a uma região que ele abraça.

O Deputado Iolando lutou e botou milhões em emendas para Brazlândia. Então, cada Deputado fez muito a sua parte e ajudou muito na mudança dessa cidade em iluminação.

Agora eu queria pedir, vamos olhar Ceilândia. Vamos olhar Ceilândia. Vamos pegar uma área de Ceilândia e vamos ver um poste em Ceilândia para vocês entenderem o que é esse projeto que temos. Pegamos um poste aleatório na cidade. A foto do poste é essa. Esse poste foi cadastrado, georreferenciado. Tem a foto do poste, tem o cadastro dele, sabemos qual tipo de poste que é: se é um poste nosso, se é um poste da Neoenergia; sabemos quantos watts tem essa lâmpada, se ela é de vapor de sódio, se ela é de LED. Temos a foto da rua, a foto do poste. Temos tudo isso cadastrado, Deputada. São 370 mil postes.

Saúdo, também, a Deputada Paula Belmonte. Obrigado pela presença.

Por esse trabalho que fizemos nesse último ano e meio, hoje sabemos qual é a demanda da cidade. Se tem poste rachado, se tem poste de ferro torto, quando há um acidente. Esse foi um cadastro extremamente trabalhoso, de poste a poste.

Então, quando começou o governo, este ano, o Governador Ibaneis fez uma reunião com os secretários de Estado. No dia seguinte, fez com os administradores. Aí me ligou o Secretário José Humberto: "Edison, amanhã é a reunião do governador com os presidentes das empresas, se prepare que houve uma grande demanda dos administradores por iluminação de LED. Você tem condição de trazer para a gente uma ideia de como está a cidade? O que a gente fez?" Aí eu brinquei com ele, falei: "José Humberto, eu vou passar a noite trabalhando para a gente consolidar todo o investimento que foi feito. Mas me arruma lá um jeito de eu conectar uma apresentação, que eu vou te levar esse trabalho." Chegamos lá e apresentamos isso. Todo mundo ficou extremamente surpreso, porque não tinham ideia

do que a gente vinha fazendo. A gente trabalha muito, silenciosamente.

Hoje, nós temos um projeto que poucas cidades do Brasil têm. Poucas cidades do Brasil têm, talvez BH – Belo Horizonte, com a BHIP, a concessionária de iluminação pública de Belo Horizonte, que é uma PPP – Parceria Público-Privada antiga, a primeira PPP do Brasil, tenha isso. Nós estamos propiciando com isso, ao longo do tempo, melhorar o nosso aplicativo Ilumina DF, onde você pode pedir troca de lâmpada, entrando no georreferenciamento e mandando para a gente.

Qual é o nosso projeto de concessão? Ninguém vai precisar mais dessa medida jurássica de precisar olhar uma lâmpada queimada para trocar, Deputado Max Maciel. Por quê? Porque a lâmpada terá um sistema de georreferenciamento, que vai mandar a localização por *transponder*, pelo sistema de antenas, direto para o nosso centro de controle. Então, vai ter aquela lampadazinha ali: quando ela ficar vermelha é porque ela apagou. Teremos, inclusive, a capacidade de dimerizar lâmpadas de alto consumo para baixarmos a conta de energia. Porque o Programa de Eficiência Energética, ele não tem só como pano de fundo melhorar a qualidade da luminotécnica e dar segurança à população, ele tem também o pano de fundo de sustentabilidade. É importante hoje a questão sustentável, o meio ambiente. É uma lâmpada mais econômica, que vai reduzir o custo, porque, quando eu mostrar os números ali, a gente vai ver que a conta não fecha porque a energia sobe a cada dia. Então, a gente precisa economizar metade ou mais da metade do quanto o DF gasta na conta de energia hoje, que é astronômica.

Então, Deputada, escolha um poste que a senhora quer ver. De onde? Centro da cidade? Núcleo Bandeirante? Guará? Vamos ao Guará. A senhora quer ver lâmpada de LED? Vamos ver lâmpadas de LED e depois de vapor de sódio? Ache uma lâmpada de LED do Guará.

Um trabalho que deve ser registrado: Deputado Delmasso. Ao Deputado Delmasso, eu dizia: "Deputado, é o menor investimento com maior satisfação". Ele colocou emendas para asfalto e colocou emendas para iluminação pública, e fez uma pesquisa. Ele veio me dizer: "Edison, sabe qual o resultado da pesquisa? Cinquenta e dois por cento aprovaram o asfalto, 98% aprovaram a lâmpada de LED. Eu só vou colocar emenda para LED agora." E ele colocou iluminação de LED no Park Sul e foi fazendo, na medida da sua capacidade, no Guará, que é uma região que ele sempre defendeu.

Ali nós temos a luz de LED, mais fina, menor, muito mais potente e mais econômica. A gente está ali com todo o detalhamento dela. Tipo da lâmpada: LED, 120 watts. Qual é o tamanho dela? Ela tem 3,59 e 5,60 milímetros. Qual é o tipo do poste? Qual é a altura do poste? Se a altura do poste é de 12 metros. É braço? Luminária? Todo o detalhamento e o número dela. Eu tenho o número de cadastro e a foto de onde está esse poste. Então, eu identifico que ele é um braço – o braço é esse ferrinho, que é CEB, abraçado em um poste de concreto, que é da distribuidora Neoenergia. E a gente conecta a luminária na baixa tensão da Neoenergia. É assim que funciona. Então, esse cadastro é amplo e direto.

Nós temos, hoje, condições de planejar por onde vamos para fazer esses investimentos. A nossa meta é atingir 100% da cidade com LED, por meio de um planejamento nesse sentido. Nós já fizemos parte do Lago Sul, estamos fazendo a L4. Nós começamos, hoje, a fazer toda a região do Eixo Monumental e a lateral dos ministérios, principalmente aquela região em que a governadora, agora às 15h, estará inaugurando o novo batalhão da Polícia Militar, a região de proteção da Esplanada dos Ministérios, da Praça dos Três Poderes, do Congresso Nacional. Ali a gente já está trocando tudo por LED e fazendo a iluminação também nos monumentos históricos e públicos.

O próximo eslaide fala o que é a CIP. Quem financia a iluminação pública? Uma emenda constitucional determinou que o contribuinte paga aos municípios, e ao DF, na figura de unidade federativa municipal, que podem criar uma contribuição de iluminação pública para financiar a energia, a manutenção, a melhoria e os investimentos em iluminação pública. Isso foi criado pela Constituição Federal, regulamentado no DF por uma lei complementar e, depois, por decretos.

Qual é a destinação? Iluminar logradouros públicos, e aí entendem-se ruas, vias, logradouros, praças: aquilo que é de acesso público. Um detalhe: eu não posso entrar na ROAC – Residência Oficial de Aguas Claras, por exemplo. "Ah, você tem que ir lá e iluminar a residência oficial do governador." Eu não posso porque lá é um bem público de uso privativo. Eu não posso usar dinheiro do contribuinte, do cidadão, para fazer manutenção de uma área do DF de uso privativo. É interessante, não é? Mas é o princípio normativo da CIP. Então, há alguns regramentos.

Também há a situação de que houve uma isenção para a baixa renda, toda residência cujo consumo é de até 80 quilowatt-hora não paga CIP. Então, toda baixa renda é isento da contribuição. Também algumas isenções foram dadas por atos normativos aqui no DF, como para os templos religiosos, que também não pagam a contribuição. Organismos internacionais e embaixadas creditados

no Brasil também não pagam a contribuição.

Orçamento para 2023: R\$183.394.691,00 (cento e oitenta e três milhões, trezentos e noventa e quatro mil, seiscentos e noventa e um reais). Esse é orçamento alocado no orçamento de 2023, já a Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios – DREM. O que é Drem? O nosso Secretário Adjunto de Fazenda vai explicar melhor. Eu não vou aqui me antecipar, mas tem que se tirar, por uma obrigação constitucional federal, 30% da arrecadação. Então, o que sobrou depois da desvinculação são 183 milhões. Em 2022 foram 160; em 2021 foram 163.

Mas quanto é que a gente gasta por ano? Está aí a conta. A arrecadação total bruta da CIP estimada para este ano: 261 milhões. Tiraram-se 30%, caparam-se 78, sobraram 183. A manutenção e a operação – que é queima, troca, derruba poste e troca – custam 22 milhões por ano. A energia hoje custa 209. Já faltam 47 milhões para pagar energia e manutenção. Zero para comprar lâmpada. E estamos devendo 47.

Aí, o que a Secretaria de Fazenda faz mediante estudos que discutimos muito? A Constituição Federal determina – e a gente discutiu muito isto – que é facultativo ao gestor público municipal e distrital ou é obrigatório? Nós entendemos que é obrigatório, concordamos lá. O Itamar e eu discutimos isso. Realmente, Procuradoria do... É obrigatório. Não tem o que fazer.

Mas o que a gente detectou também? Não tem obrigação de destino. Eu desvinculei. O que eu faço com isso? Poder discricionário do administrador. Eu posso colocar em creche, posso colocar onde eu quiser. Não há nada que impeça que eu volte para as políticas públicas.

Até eu discuti com o governador: "Governador, não seria uma questão inconstitucional? Porque eu tenho uma Constituição dizendo que esta receita é vinculada para iluminação pública. Se eu tiro da iluminação pública para fazer rodovia, escola, o que seja, eu não estaria lesando o cidadão que contribui por não ter a iluminação por que paga?" É uma questão que poderia abarcar todos os municípios. Ele falou: "Edison, vamos resolver o nosso problema aqui". E o próprio Secretário Itamar, à época, disse: "Eu recomponho porque, se não o fizer, não se paga a conta". E eu consigo viver sem desvincular.

Então, efetivamente... Então, vamos lá. Secretaria devolve o dinheiro, desvinculada. Sobram 30 milhões voltando os 30 milhões. Então, nós temos tido efetivamente nos últimos anos... Este ano – corrija-me, Luciano, se eu estiver errado –, nós estávamos tendo de 12 milhões a 20 milhões para meta de investimento – era mais ou menos o que estávamos rodando – e estávamos fazendo com emenda os 20, chegamos a fazer 25 milhões de investimento por ano. Ok, 30 milhões por ano.

Quanto é que nós precisamos para resolver o nosso programa? São 369 mil luminárias. Qual é a nossa meta de expansão, porque nós temos muitos lugares sem poste? Se a gente for ali, do balão de São Sebastião para o Tororó, lá é escuro, Presidente. Não tem um poste lá. Se a gente virar para a vila Área Alfa, na subida para o Gama, lá não tem um poste. Sabe quanto custa fazer aquele trecho? Nove milhões de reais. E por aí vai.

Fizemos aqui rota de fuga e as várias duplicações de rodovias que foram feitas pelo programa de duplicação de rodovias extremamente exitoso e muito robusto do governador, com o Secretário Luciano e toda a equipe do DER – Departamento de Estradas e Rodagem.

Não bastassem rodovias novas, eu fui chamado pelo Ministério Público, que disse: "Por que o senhor não ilumina as ciclovias?" Eu pergunto: ciclovias é logradouro público? Digam-me que é, que eu não posso colocar que não seja... Mas o fato é que a população quer ciclovias iluminadas, coisa que nunca se planejou no DF. Conversei com o Secretário Valter Casimiro. Temos 150 quilômetros de ciclovias para iluminar. Também isso se coloca na conta.

Então, nós estamos prevendo 20% de expansão. Se nós retirarmos das 369 mil mais 73 mil, o que nós já fizemos, 160 mil, nós temos 336 mil luminárias para fazer, mais 73 mil postes novos.

Dados da CODEPLAN – Companhia de Planejamento do Distrito Federal, estudos que fizemos com o Jean e tudo mais, nos dizem que Brasília terá um crescimento demográfico de 2% ao ano. Eu estou fazendo uma concessão para trinta. A cada dez anos, nós vamos trocar 100%. Daqui a dez anos, são quase 500 mil lâmpadas com meta de mais de 20%. Então, o cálculo de fluxo de caixa para essa concessão é para trinta anos. Quanto isso vai custar daqui a trinta anos? Esse é o projeto. É um projeto de longo prazo em que a CEB assume a responsabilidade de colocar 100% do dinheiro – sem um centavo do Tesouro, tão somente com a recuperação da CIP –, buscando recursos próprios e captação a mercado.

Então, a gente calcula que, a partir de agora, é de 350 milhões. Opa, eu tenho quanto aqui?

Trinta? São dez, doze anos para a gente chegar a uma meta. Daqui a dez anos, já venceu a que a gente colocou agora, porque a gente está comprando lâmpada com dez anos de garantia e vida útil de dez anos. E ainda tem a ampliação.

Então, nós estamos em um ciclo vicioso. Quando eu chegar à praia, eu terei que começar a nadar de novo, porque a capacidade financeira da CIP não é capaz de atingir a meta que a gente precisa. E por que a gente precisa fazer rápido? Porque, se eu troco tudo, de 207 cai para 100. E sobram 100 na CIP para eu fazer o reembolso das CAPEX – *Capital Expenditure*, Despesas de Capitais investidas.

O que a gente tem para fazer? Vamos discutir aqui. Qual é a saída? Uma parceria público-privada? Isso já foi concebido no DF. Recebemos, em 2019, um PMI – Procedimento de Manifestação de Interesse, uma proposta de privatizar a iluminação pública – como fez São Paulo – e que está até hoje no STJ – Superior Tribunal de Justiça, com empresas brigando; como fez o Rio de Janeiro; como fez todo mundo.

Qual é a minha posição? Eu a quero pública, CEB pública. Não é uma privatização. Temos essa alternativa: copiar o resto do Brasil, chamar o BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ou a Caixa Econômica – ela está fazendo para todos os municípios do Brasil. Ou vão pegar a Fonte 100. É decisão política. Cem milhões por ano, o Secretário de Fazenda aloca no orçamento, passa para a Secretaria de Obras, que contrata a CEB, e a gente executa, como é hoje. Ou vamos aumentar a CIP. Manda-se uma lei para cá, aumenta-se a CIP, o contribuinte paga em dobro, a gente passa a ter 60 milhões de sobra. Ou vamos manter o modelo atual: repassa-se o que puder para a Secretaria de Obras, ela contrata, vamos executando e vamos fazendo esses 30 milhões por ano.

Esse projeto não é um projeto da CEB; isso é um projeto de governo. Tem dois anos que o governador debate isso, cada ponto, com Secretaria de Obras, Secretaria de Fazenda, Procuradoria do DF. Contratamos a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, que, por um ano e meio, estudou; contratamos uma empresa para levantar e fotografar cada poste. Esse é um trabalho extremamente profundo, Deputado Max Maciel.

Existe, sim, um plano consistente, técnico e que para de pé. Brasília está cuidada. Brasília tem uma iluminação cuidada. Não tem dinheiro. Se o senhor me arrumar uma solução, é isso que a gente está discutindo aqui. Esse é o debate. Qual é a solução?

Rapidamente, como é que funciona lá, hoje? Gestão do orçamento: a Sefaz arrecada a CIP, passa para a SODF – Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura do Distrito Federal. A SODF paga o consumo para a distribuidora e contrata a CEB. A CEB faz o serviço, faz os projetos, faz os orçamentos, contrata as empresas. A manutenção é terceirizada, diga-se de passagem.

O que nós estamos propondo? É uma outorga de uma concessão a uma companhia pública. A lei autoriza essa concessão. São feitos um decreto regulamentador muito simples e um contrato que define as bases dessa concessão.

Abre-se uma conta no BRB – Banco de Brasília S.A., que é o agente fiduciário. Ela é de titularidade do poder concedente. Quem faz o cheque é a Secretaria de Fazenda. Ela o movimenta para dois caminhos: ela paga energia e paga uma contraprestação. É uma mesada para a CEB calculada economicamente em um fluxo de caixa, que é o quê? É o reembolso da remuneração do capital por trinta anos.

Então, a CEB coloca 350 milhões, em três anos, e recebe de volta em dez, com cálculo de remuneração do capital, pagamento de manutenção e reserva para, em dez anos, gastar mais 400 milhões. Ela precisa trocar tudo de novo, em dez anos.

Tem uma operação em execução dos investimentos pela CEB, a utilização de recursos próprios da CEB e de recursos que ela pode captar a mercado, seja por emissão de título, seja de *equity*, seja de operação de crédito internacional. Por que a CEB, hoje, não pode fazer isso? Porque ela é uma companhia aberta. Ela teve ações lançadas em bolsa – eu confesso que não me lembro da data, há uns dez ou quinze anos –, ela tem 20% do seu capital de acionistas privados e ela é uma empresa independente, isto é, não recebe recurso do Tesouro.

Então, ela não pode pegar caixa dela e colocá-lo em obra do governo. Ela não é uma empresa dependente, como é a Novacap, que recebe o dinheiro para usar o orçamento. Ela não tem orçamento do governo. Ela é impedida, por lei societária, por controle de CVM – Comissão de Valores Mobiliários, e órgão regulador. Ela não pode financiar o seu controlador, sob pena de seus administradores responderem por uma série de ilícitos de mercado. Ela precisa ser uma concessionária como é a Caesb.

A Caesb é uma concessionária. Então, ela tem a liberdade de ser uma empresa lucrativa, uma empresa que faz a operação e visa a não ter prejuízo com o negócio.

Ali há outorga dos serviços; concessão administrativa; conta vinculada de titularidade do GDF – Governo do Distrito Federal; contraprestação para a CEB, com reembolso dos investimentos, pagamento da manutenção e operação; despesa de PMSO – Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outras Despesas e uma reserva para reinvestir; concessão por trinta anos; Capex de investimento inicial a 350 milhões; eficiência total do parque de LED em até três anos; utilização de recursos próprios e operação e execução de investimentos pela CEB-IPES – CEB Iluminação Pública e Serviços S.A., sua subsidiária.

O próximo eslaide é aquilo que eu já expliquei: como é o fluxo financeiro. A população paga a CIP para a distribuidora de energia, que repassa para a conta em um convênio com a Secretaria de Fazenda, uma conta centralizadora, que repassa parte à contraprestação da CEB e paga a conta de energia via Secretaria de Obras.

O que a gente traz como destaque do modelo proposto, já concluindo? Eficiência total do DF em três anos; sustentabilidade econômica; redução do gasto com energia em 50% – nós estamos falando de 100 milhões de economia-ano –; segurança e bem-estar; redução de violência; iluminação dos monumentos públicos, série de monumentos – os prédios, o Congresso, Ponte JK, tem uma lista de quinze monumentos públicos –; iluminação das ciclovias, 150 quilômetros; iluminação das praças públicas, visando ao social da comunidade, ao bem-estar; iluminação de parques, lazer e esporte.

Eu estava comentando com a Deputada, Deputado Chico Vigilante, que os parques hoje são demandadíssimos. O Taguaparque tem que ter iluminação à noite. No Parque Olhos D'Águas, na Asa Norte, a gente teve uma situação muito inusitada: pediram para colocar um *timer*, pois a iluminação tem que ser desligada, acho, que às 10h, 11h da noite, porque tem um sapo que precisa se reproduzir à noite. Então, se tiver luz, tem um problema ambiental, Deputado Max Maciel. Até um *timer*! É a mesma coisa no Parque Burle Marx, no Noroeste. Então, a gente tem também uma preocupação com a questão ambiental.

Então, precisa ter luminotécnica, precisa ter análise ambiental. Parques ecológicos, parques do IBRAM – Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Distrito Federal – Brasília Ambiental, a gente está iluminando à noite, porque a população quer passear à noite, quer caminhar, quer fazer esporte e lazer.

Continuando: a manutenção da CEB como empresa de controle público; manutenção de todos os empregados públicos; possibilidade de a CEB captar os investimentos – não é um modelo de PPP e nem uma privatização –; oportunidade de ceder para a tecnologia e internet das coisas, internet 5G, sem impacto financeiro ao cofre do GDF; e a CIP não será aumentada.

Concluo aqui, pois o Sr. Secretário Luciano tem uma audiência com a Governadora Celina.

Eu agradeço muito. Vou passar a palavra de volta à Presidência. O Sr. Secretário Luciano precisa também fazer a manifestação dele.

Eu agradeço a todos e estou aberto a perguntas, a respostas e ao debate.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Presidente. Foi bastante coisa. Muitos desafios, bastante coisa.

Eu, realmente, fiquei aqui bem chocada como muitas coisas a gente não... Nos melindres, não é? E o quanto é importante, inclusive, a Secretaria de Obras nesse papel. Não só a Secretaria de Obras, como também a Fazenda. Por isso é tão importante ter o governo aqui e ouvir também os Deputados e o a população.

Mas queria passar para o Sr. Luciano, já que ele acabou de avisar que tem essa audiência com a governadora, porque eu acho que é muito importante a fala dele como Secretário de Obras. A gente viu que é um papel importante bem no meio do caminho para a energia chegar.

Concedo a palavra ao Sr. Luciano Carvalho de Oliveira.

SR. LUCIANO CARVALHO DE OLIVEIRA – Boa tarde, Deputada. Na pessoa de V.Exa., eu cumprimento todos os integrantes aqui da Mesa.

Eu vou procurar ser breve e, por isso, eu já peço desculpa, há um chamado aqui da governadora. Realmente, a cidade não para. A gente tem que estar sempre disponível e atento.

Mas o Presidente Edison fez aqui uma explanação muito bem-feita, bem resumida de como funciona a nossa iluminação pública hoje: de como funciona e, na verdade, de como pode ajudar a cidade a funcionar.

Então, é um assunto, realmente, que a gente sempre tratou de maneira muito especial, com muito carinho, com muita atenção. Os que aqui já eram Deputados na gestão passada – ou, no caso do Deputado Pastor Daniel de Castro, que era o nosso administrador e que acompanhava de perto a cidade – puderam ver a importância que a iluminação pública tem para o bom funcionamento da cidade.

E ainda há essa questão da segurança pública, tão em evidência hoje, em especial na questão dos feminicídios. Isso, realmente, coloca bastante em voga a importância da iluminação pública.

O nosso grande problema, hoje, bem colocado aqui pelo Presidente Edison, é a questão de recursos. Essa limitação que a gente tem de recursos – vocês puderam ver pelos números apresentados – é o nosso dia a dia, não é, Edison? A gente, realmente, administra no detalhe todo o nosso orçamento.

O compromisso principal – e impactante, que vai trazer grandes benefícios para o orçamento do DF a longo prazo – é exatamente a redução desse consumo. Redução que pode chegar a 50%, impactando, em valores de hoje, em 100 milhões de reais. Então, é um projeto que se faz urgente pela necessidade de resposta que a população nos pede. Este é o nosso papel, como gestores públicos, e desta Casa, como representante da população: dar respostas às demandas apresentadas pela população.

Eu acredito que a gente pode, realmente, com esse projeto, dar um salto de qualidade muito grande em um prazo muito curto e desfrutar dessa qualidade durante trinta anos, que é o prazo proposto para a concessão.

O meu papel principal aqui, hoje – até porque, tecnicamente, o Presidente Edison já trouxe aqui todas as informações –, é trazer essa mensagem do governo. O governo ajudou a construir isso nos últimos dois anos. São vários entes interessados – não é, Edison? –, não só a Secretaria de Estado de Obras e Infraestrutura e a CEB, mas também, como o Edison citou, a Secretaria de Estado de Fazenda, a PGDF – Procuradoria-Geral do Distrito Federal, o Gabinete do Governador, a SEGOV – Secretaria de Estado de Governo. Todos estão envolvidos para tentar trazer, ou tornar realidade, esse projeto que está sendo apresentado nesta Casa hoje.

Vocês podem contar sempre com a transparência da nossa parte, com as informações e com as ações. Tudo aquilo que está sendo feito, está sendo muito pensado em prol da população, em benefício da população. Esse é o nosso papel, essa é a nossa missão. E nós vamos ficar à disposição de vocês para esclarecer quaisquer dúvidas.

Presidente Edison, acho que a palavra é esta: é reafirmar aqui a necessidade e a importância; e que esse é um projeto de governo.

Deputada Dayse Amarílio, muito obrigado pela oportunidade de estar aqui hoje, com a senhora, com os demais Deputados presentes e com os demais presentes aqui. Peço licença para atender ao chamado da governadora.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, secretário, pela presença, por ter comparecido e ter estado aqui conosco.

Bem, isso ainda me deixa algumas dúvidas. Eu queria agora ouvir o Deputado Chico Vigilante, que chegou aqui mais cedo.

Eu sou uma defensora... Não tem jeito, eu sou servidora pública, sempre vou defender o serviço público. É lógico que nós precisamos sempre dialogar. Eu vou fazer algumas ponderações e apresentar as dúvidas que tenho, mas quero ouvir vocês, porque se citou, inclusive, a questão da Caesb.

A gente esteve aqui pensando, pensando... Se a gente se espelhasse no modelo da Caesb, no sentido de a gente fortalecer um serviço que seria mais público, com uma gestão mais próxima do governo, não seria melhor? São algumas coisas que a gente coloca e em que fica pensando. Porque, realmente, do jeito que está, a gente vê que é insustentável. Mas será que essa seria a melhor alternativa? Com certeza vocês fizeram vários estudos, mas essas são as nossas ponderações, principalmente como servidores, como Brasília, se é o melhor modelo. Estivemos estudando. Também tem outros modelos, inclusive de parcerias público-privadas – modelos semelhantes, que espelham também... parecidos ao da Caesb – em outros estados. Então, essa é a nossa dúvida.

Mas eu quero ouvir o Deputado Chico Vigilante, que, para a gente, é uma referência aqui no Parlamento.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – Eu vou ser breve, mas a primeira questão a ser colocada aqui...

(Falha no microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Desculpa, Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE LULA DA SILVA (PT. Sem revisão do orador.) – O Dr. Edison e o secretário que acabou de sair disseram que é um projeto de governo. Será que virou projeto de governo? Porque, quando ele chegou a esta Casa trazido pelo senhor pessoalmente, nós nos informamos junto ao governo, e não era um projeto de governo, era um projeto seu. Por isso, ele não tramitou no final do ano: para que acontecessem todos esses debates que estão sendo colocados aqui.

Do mesmo jeito, o senhor fez com a privatização da CEB Distribuição, privatizando a CEB Distribuição e imediatamente criando uma CEB Ipes. E dizia: “Não, nós estamos vendendo a distribuidora, mas a CEB Iluminação Pública vai fazer a iluminação pública da cidade”.

Não precisa ficar o tempo que o senhor ficou aqui querendo justificar que lâmpada de LED é melhor do que a de vapor ou do que outra, porque todos nós sabemos que é. O que nós queremos saber é de onde vem o dinheiro e quem é que vai bancar isso. E não adianta falar aqui que a parceria público-privada vai bancar tudo isso, porque não vai, Dr. Edison. Parceria público-privada é para dar lucro também para o ente privado que entra na parceria. Essa é a questão. É essa a discussão que tem que ser travada aqui.

Não adianta também dizer, como o senhor disse, que os servidores que já estão vão ser garantidos, porque não garantiram os da CEB. Mesmo tendo uma lei, esperaram a lei cair e não chamaram um servidor de volta – e eles estão demitidos.

A Neoenergia, que está tendo um lucro fantástico – o qual a CEB pública também teria se fosse bem administrada –, a cada dia demite mais gente. Já tem mais uma lista de demissões, porque a empresa privada busca o lucro. E, quem sabe, daqui a uns trinta anos, depois de completamente sucateada, ela volte para o Estado brasileiro, como já está voltando em outras unidades da Federação.

Portanto, Deputada Dayse Amarilio, faz muito bem a senhora em trazer este debate, porque não vai ficar só nisso.

Esse é um projeto, Dr. Edison, que não vai passar facilmente nesta Casa. Aqui não tem bobo. O mais bobo se elegeu Deputado. Portanto, não vai ter a facilidade que o senhor avalia, que o senhor acha que vai ter, porque o projeto está cheio de falhas, está cheio de mentiras.

Toda hora a gente vê a questão da falta de iluminação nas cidades. Os ladrões roubam os fios, roubam também os transformadores, estouram subestação. Vão continuar roubando se não tiver segurança pública para efetivamente cuidar disso.

Portanto, eu quero chamar a atenção da sociedade para a discussão desse projeto. A sociedade precisa, sim, se engajar nesse debate, precisa vir para dentro desta Casa, precisa ajudar a gente no sentido de que não tenha vida fácil esse projeto.

Enquanto o senhor fala de parceria público-privada – depois alguém há de questionar isso –, fala que está faltando tantos recursos, por que a CEB Ipes ou a CEB Holding comprou tantas salas agora? É uma coisa a ser explicada também.

Temos o Setor de Indústrias, e espero que essa que está lá... A CEB sempre funcionou ali. Agora, que ficou menor, não pode funcionar no Setor de Indústrias? Ou estão preparando aquele terreno, que é altamente valorizado, para ser vendido? Acho que estão preparando para vender o terreno. E, para vender o terreno. É bom, que o senhor vai confirmar.

O terreno, Deputado Pastor Daniel de Castro, é de propriedade da população do Distrito Federal, não é do governo. O governo é passageiro. O Ibaneis só tem mais três anos e pouco, e vão querer vender. Por que vender? Para que vender agora?

Pois é... Comprar lâmpada, não é? Comprar lâmpada, não é, Dr. Edison?

Portanto, Deputada Dayse Amarilio, acho importante o debate que está acontecendo. Este debate vai ser feito com profundidade. Não vai acontecer aqui o que o senhor quer, que é abrir o caminho para terminar de privatizar a CEB. É esse o grande objetivo desse projeto que o senhor

apresentou aqui.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria fazer uma sugestão a V.Exa.: que todos os membros da Mesa façam as explanações, lógico, dando voz a quem queira falar – porque senão a gente vai ter um debate... a gente vai sair daqui meia-noite –, e que as perguntas sejam feitas após a explanação de todos os membros e representantes, funcionários da CEB e da própria CEB Holding. Tem representantes da questão de regulação, o Secretário de Obras já falou também. Então, é importante isso. Depois, ao final, que V.Exa. abra a fala para quem de direito.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Deputado Robério Negreiros, a gente tem meio que uma regra nesta Casa, a de sempre dar voz aos Deputados que comparecem. A gente faz essa alternância. É comum da comissão que a gente faça essa alternância. São poucas pessoas que têm passe para falar. Acho que a gente pode acatar isso, até para poder ouvir. Depois, a gente faz essa alternância entre os nobres Deputados que aqui estão e a comunidade, porque a gente sabe que já tem pessoas da comunidade ansiosas para falar.

Nesse sentido, eu queria passar a palavra para o Diretor de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidora de Energia Elétrica, que também fez a gentileza de, dentro da agenda, dar uma corrida até aqui e comparecer. Sei que ele também está com outra agenda, mas fez questão de estar aqui. É o Dr. Ricardo Brandão.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Sim, foi acatado. Sim.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Eu acho que nós Deputados, quando convidamos, convocamos qualquer pessoa para vir a esta Casa fazer uma explanação, partimos do pressuposto da boa-fé também, Deputado.

Eu me assusto com o fato de o senhor chamar uma autoridade administrativa indicada pelo governador de mentiroso. Aqui está um homem honrado. Aqui está um homem honrado. Em nenhum momento ele falou de privatização nesta Casa. Ele deu sugestão, mas não falou disso. Ele assegurou a questão pública da CEB.

(Intervenção fora do microfone.)

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Não, tudo bem. O senhor está falando, mas ele não disse isso. E ele não é... Ao que me consta, vou dar a ele o direito à ampla defesa, ao contraditório e à boa-fé de quem está ali expondo um plano de uma necessidade.

E o senhor conhece muito bem, eu sou testemunha. Quando terminaram de fazer a Rua 10 de Vicente Pires, eu pedi lâmpadas de LED para a cidade. Não havia recursos, e foram instaladas lâmpadas de LED, uma das coisas mais aplaudidas pela comunidade. Nós fizemos a marginal da Via Estrutural – uma calçada, Deputado Robério Negreiros, de 4 metros de largura.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Deputado Pastor Daniel de Castro, eu entendo que, se é questão de ordem, sempre temos que respeitá-la nesta Casa. Cercar o direito à questão de ordem é muito complicado, até porque questão de ordem deveria receber um rito do regimento, e a gente, às vezes, não cumpre isso. Eu gostaria de pedir essa gentileza, porque estamos saindo um pouco do foco e indo para questão de base ou de oposição, Deputado.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Não, Deputada. Não estamos não, desculpe, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Se continuarmos, vamos entrar num debate muito ideológico e pessoal.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO – Eu respeito V.Exa., mas vou usar o direito do regimento sobre a questão de ordem.

Solicito o uso da palavra para uma questão de ordem.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Eu vou conceder a palavra a V.Exa., mas peço essa gentileza.

Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Para questão de ordem. Sem revisão do orador.) – O que eu estou falando, Deputada Dayse Amarílio, é que um presidente de uma estatal não pode vir a esta Casa, se submeter, e ser recepcionado da maneira como o Deputado Chico Vigilante o recepcionou. Ele está fazendo acusações contra o presidente. Eu sou governo e eu vou defendê-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Não tem problema. Todo mundo tem o seu direito de defender.

DEPUTADO PASTOR DANIEL DE CASTRO (PP. Sem revisão do orador.) – Vou defender e se, porventura, algum dia ele romper essa defesa, pode ter certeza, Deputado, de que eu venho a este mesmo lugar acusá-lo. Mas eu vou dar a ele o direito de uma pessoa honrada, honesta, que está fazendo o melhor para essa cidade e tem feito muito bem. Ele mostrou aqui que tem lugares extremamente bem iluminados na cidade e que muitas pessoas deixaram de ser assaltadas – e talvez até mortas – por causa desse processo que gera segurança na cidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Deputado Pastor Daniel de Castro. Vamos tentar seguir a ordem aqui.

Vamos ouvir os componentes da Mesa. Eu agradeço a vocês por terem vindo. O meu nome é diálogo, porque eu acredito que só no diálogo encontramos saídas. Não sou o extremo, não sou base do governo e não sou oposição; eu sou Distrito Federal e só peço apenas que a gente não entre em questão de base, de oposição e de questões ideológicas. Precisamos manter o respeito nesta comissão, porque o que nós estamos discutindo aqui é o Distrito Federal, independentemente de quem estará aqui nesses próximos quatro anos.

Nós vamos chegar a uma saída. Isto aqui é uma comissão que ainda vai debater o projeto, ainda vai apresentar emendas. A população tem que entender que nós estamos fazendo o nosso dever, que é chamar o diálogo. Concordo plenamente que temos de ouvir as pessoas, então peço para mantermos o foco aqui, para ouvir todos. Vamos abrir a palavra depois.

Uma das coisas mais importantes hoje será ouvir a população. Quando somos população, estamos do lado de fora. Sou servidora pública, sindicalista e tenho muita dificuldade em entender essas coisas, imaginem a população! Precisamos ser transparentes. Acredito que ele trouxe os dados, nós vamos questioná-los e vamos dar voz a todo mundo.

Concedo a palavra ao Sr. Ricardo Brandão.

SR. RICARDO BRANDÃO – Bom, inicialmente agradeço o convite da Casa para falar sobre o tema de iluminação pública. Agradeço à Deputada Dayse Amarílio, na pessoa de quem cumprimento todos os Deputados, Deputadas e demais presentes.

Eu falo aqui em nome da Associação de Distribuidores de Energia Elétrica e deixo inicialmente claro qual o papel da distribuidora. A distribuidora tem um papel importante na iluminação pública, que é o fornecimento de energia. Este é tão somente o serviço que presta a distribuidora: levar energia para o serviço de iluminação pública. É importante deixar clara essa separação de papéis para ver que entidade faz o que, que órgão vai prestar qual serviço, que empresa vai prestar qual serviço.

De fato – e aí eu vejo isto aqui nas palavras do Presidente Edison –, há despesa de energia envolvida na prestação de serviço de iluminação pública e, portanto, a gente sempre vê com bons olhos essas iniciativas de substituição de lâmpadas, porque elas reduzem o consumo de energia, e eficiência energética é sempre uma coisa bem-vinda, além de reduzir a despesa para a prestação desse serviço.

Nem sempre foi assim. No passado, as distribuidoras foram colocadas nesse papel de prestar, além do serviço de distribuição, o serviço de iluminação pública. Mas quando a gente olha, por exemplo, a Constituição de 1967, ela já dizia que esse papel de serviços locais era uma competência do município.

Outro marco que eu acho mais importante ainda é a Constituição de 1988, que elevou os municípios a essa categoria de ente federativo. Então, a gente passou a ter uma Federação formada por União, estados e municípios. Criou-se o Distrito Federal como ente federativo, a quem foi, portanto, atribuída a competência da prestação de serviços locais, como é o caso da iluminação pública.

A ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica, já no início dos anos 2000, vinha fazendo um

esforço para fazer essa transferência do serviço e, também, dos ativos de iluminação pública para os municípios, algo que foi concluído em 2010. E, aí, iniciou-se uma transição.

Naquele momento em que se tinha um serviço público de iluminação prestado pelas distribuidoras, o serviço era muito limitado, até porque não era o papel delas. Esse era um papel dos municípios. Então, a distribuidora fazia troca de braço de lâmpada, fazia a troca de lâmpada de sódio e de mercúrio.

A Aneel sempre colocou sobre a importância de os municípios assumirem esse papel, porque, quando isso acontece, é possível fazer projetos como esses que foram colocados. Quando o Estado assume o seu papel de prestador do serviço de iluminação pública e traz soluções como a utilização de lâmpadas de LED e outras soluções inovadoras de iluminação pública, isso é muito bem-vindo, não é?

A gente observa os desenhos que são colocados. Tem os casos em que os municípios prestam esse serviço diretamente, com algumas das dificuldades que o Edison colocou aqui do ponto de vista orçamentário; tem essa figura da PPP, da parceria público-privada, em que você, efetivamente, contrata uma empresa privada para fazer isso; e tem esse modelo, trazido aqui, da concessão, que, em alguns casos, pode ser uma licitação para a escolha de uma concessionária privada. Mas, o que eu vejo aqui no projeto é que não é esse o desenho. O desenho é uma concessão para...

(Soa a campainha.)

SR. RICARDO BRANDÃO – ...a CEB, para um ente estatal.

E, como uma figura de concessão – a gente volta à Constituição –, tem o poder concedente, que, no caso aqui, é o Governo do Distrito Federal, tem todas as condições, na relação de concedente e concessionário, de estabelecer todas as bases em que esse serviço vai ser prestado, orientar e indicar quais são os caminhos, quais são as metas que esse concessionário tem de atender.

Então, quando a gente olha para os desenhos de iluminação pública, esse, de fato, me parece ser um desenho bem interessante. Ele é perfeitamente cabível nessa figura que a gente tem de regulação de serviços de iluminação pública.

Mais uma vez, reiteramos aqui... (Falha no microfone.) ...de prestação e fornecimento de energia para a iluminação pública.

Agradeço, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Sr. Diretor de Regulação da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, Dr. Ricardo Brandão, pela presença e pelos esclarecimentos.

Vou passar a palavra agora para o nosso Subsecretário de Fazenda. Acho que é bastante importante a palavra do senhor.

Concedo a palavra ao Sr. Sebastião Melchior Pinheiro.

SR. SEBASTIÃO MELCHIOR PINHEIRO – Boa tarde a todos. Na pessoa da Presidente da Comissão de Assuntos Sociais desta Casa Legislativa, Deputada Dayse Amarilio, eu cumprimento todos os membros da Mesa e todos aqui presentes.

Esse projeto, como foi dito aqui, é um projeto de governo. A Secretaria de Fazenda se faz presente aqui. Estou aqui representando o Secretário Itamar.

O que nós temos a dizer é que a função da Secretaria de Fazenda é arrecadar os tributos de competência do Distrito Federal. O que o projeto propõe é uma eficiência na arrecadação para que sobre recursos, minimizem-se custos, enfim, otimize-se o emprego dos recursos públicos, cumprindo o que preconiza a Lei de Responsabilidade Fiscal, principalmente no art. 11, que fala que a gestão dos recursos públicos é uma das prerrogativas principais do gestor público.

Então, nós esperamos que, com todos os debates, os ajustes e aprimoramentos necessários que ocorrerem no curso da tramitação desse projeto, ele seja levado a êxito, contribuindo para que as utilidades e benefícios já percorridos na apresentação feita sejam entregues à população do Distrito Federal. É isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada à Secretaria de Fazenda.

Eu queria fazer uma fala bem rápida. Uma das nossas maiores preocupações – a gente tem um exemplo aqui, Presidente, muito sério – é a questão do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal. Eu acho que um dos motivos que foram citados na época foi a questão da eficiência: a

gente poderia fazer contratação, a gente teria uma velocidade, a gente teria a melhora dos serviços. E foi o que não aconteceu. Isso é um exemplo para a gente que dói. E hoje o Instituto de Gestão Estratégica é um grande problema no Distrito Federal – eu digo com todas as letras –, é um câncer sem controle que já engloba 40% do orçamento de toda a Secretaria de Saúde. Essa é a nossa preocupação.

A nossa preocupação – vou fazer alguns apontamentos bem rápidos – é esta: como nós podemos garantir que isso vai funcionar se nós vamos ficar cada vez mais distantes da fiscalização e do controle disso? Como nós poderemos fazer isso de uma maneira mais próxima do governo? São algumas coisas que a gente vai tentar entender nesse projeto.

Quero registrar aqui a presença do Sr. Jairo Macedo, Diretor Financeiro da CEB, e da Sra. Silvia Portela, Diretora do Stiu-DF.

E, já aproveitando, falando do sindicato, passo a palavra para a Sra. Diretora de Políticas Externas do Sindicato Urbanístico do Distrito Federal, a nossa Rosângela Pereira Rosa, que já esteve aqui conosco.

Concedo a palavra à Sra. Rosângela Pereira Rosa.

SRA. ROSÂNGELA PEREIRA ROSA – Na pessoa da Presidente, quero cumprimentar toda a Mesa.

Eu fiz a minha fala aqui. Eu vou ler, porque, na última comissão que teve aqui, eu fiquei muito emocionada.

Na pessoa da Deputada Dayse Amarílio, saúdo todos os Parlamentares e todas as pessoas que acompanham este importante e necessário debate sobre um bem e um serviço.

Estou aqui como dirigente do Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal, o Stiu-DF, entidade que representa a categoria de trabalhadores eletricitários, que têm uma longa história de amor e compromisso com Brasília e seu povo.

Desde a construção da Capital federal, o papel de nossa categoria tem sido determinante para garantir e assegurar os serviços que o Distrito Federal sempre ofereceu à população, o que, drasticamente, a partir da privatização da CEB, mudou.

Quero saudar todas as mulheres, em especial, as minhas companheiras eletricitárias. Essa semana marca o Dia Internacional das Mulheres, comemorado ontem, dia 8 de março, em todo o mundo. As mulheres são a maioria da população, mas não possuem os mesmos direitos que os homens, principalmente em relação a salários e condições de trabalho, já que elas acabam tendo jornadas duplas como trabalhadoras e donas de casa. Tudo isso é reflexo de uma sociedade extremamente machista e misógina, que tem aumentado os casos de feminicídios, como todos os dados oficiais mostram. Por isso, como mulher e dirigente de uma importante categoria que serve a todas as classes sociais, pedimos o respeito e a consideração merecida a todas.

Quero falar aqui sobre um serviço público essencial, Deputado, para toda a sociedade, como a eletricidade domiciliar, industrial e pública, que sofre um desmonte proposital que visa a atender aos interesses da iniciativa privada em detrimento dos interesses de toda a população, situação provocada pelo próprio Governo do Distrito Federal, que deveria servir ao povo e não aos setores econômicos. Por isso, o debate sobre o Projeto de Lei nº 3.069/2022 se faz necessário.

O sucateamento da CEB, levado a efeito pelo Governo do Distrito Federal, começou antes de sua entrega aos concessionários, que somente buscam lucro. Tudo isso faz parte da política de desmonte dos serviços públicos essenciais, o que possibilita repassar uma grande e lucrativa empresa aos amigos do grupo que está no poder por preços abaixo do valor real, como foi o caso da CEB Distribuição.

Por isso, atacar os trabalhadores também é parte dessa ação de desmonte e busca desesperada por mais lucros, independentemente de atenderem ou não os serviços que deveriam prestar. O governador afastado em nenhum momento se preocupou em respeitar os direitos da categoria ou em manter a qualidade técnica dos serviços prestados.

Neste momento, querer aprovar o Projeto de Lei 3.069/2022 representa dar um cheque em branco ao presidente da concessionária hoje. Caso esse projeto se torne lei, o presidente terá total autonomia para usar um bem que deve servir à sociedade para investir no que achar melhor, conforme seus interesses particulares, deixando os interesses públicos em segundo plano.

Como resultado dessa política contra os interesses públicos e da categoria que serve à

população, podemos ver, nos veículos de comunicação, diariamente, denúncias sobre a escuridão que a Capital enfrenta. Ressalto que hoje mesmo, pela manhã, estava na mídia... Foi bonita a apresentação aqui, mas não é isso o que a mídia mostra todos os dias. É bonito colocar aqui que o projeto é dar iluminação só para o Plano Piloto. Então, quer dizer que nós, a periferia – o senhor viu ali, não é, Deputado? Está presente ali o Plano Piloto, o Lago Sul, o Lago Norte – não faz parte da sociedade, não é? Não faltam apagões, que ocorrem e são veiculados a todo instante pela mídia.

Nesse sentido, causa estranheza que a CEB tenha adquirido, na virada do ano – exatamente no dia 3 de fevereiro de 2023 –, 46 salas no Edifício Ion, onde hoje funciona a empresa, pela vultosa quantia de 34,3 milhões. A pergunta é: onde está o interesse público nesse negócio? Em que essa aquisição vai ajudar na prestação do serviço de iluminação pública à população do DF?

A CEB Ipes tem servido, de fato, como um enorme cabide de empregos, para atender a amigos e apaniguados de seus chefes, todos com altos salários, desde o valor de 14 mil reais para um assessor de assuntos táticos, até 18 mil reais para um assessor de assuntos estratégicos.

Por outro lado, os trabalhadores concursados foram os que mais sofreram com o ataque estatal privatista, com a retirada de seus direitos obtidos, após fazerem concursos públicos e serem capacitados e treinados para servir à sociedade com a prestação de um serviço de excelência. Destes servidores, transferidos arbitrariamente para a concessionária Neoenergia, foram demitidos, em abril de 2022, 43 trabalhadores. Outros 180 têm a demissão programada agora para março. E o Sr. Presidente aqui está lá no Conselho de Administração da Neoenergia.

Então, a gente precisa saber (Falha na gravação.) a ação arbitrária assim reconhecida por parecer da Secretaria de Economia, secretário, onde foi feito um estudo em que é possível manter os empregados públicos.

O parecer da secretaria foi assinado no dia 20 de janeiro de 2022, pela Assessora Especial da Unidade de Orçamento e Pessoal, Sra. Meyrielle Braga, e pelo Chefe de Assessoria Jurídica-Legislativa, Sr. Gutierrez Mercês, que o encaminharam para o gabinete do secretário e a Procuradoria-Geral, que destaca: "Sobre a licitude da transferência de empregado entre empresas do mesmo grupo econômico, a jurisprudência trabalhista tem se manifestado de forma favorável, desde que sejam mantidas as condições de trabalho e contados os direitos trabalhistas desde o início do primeiro contrato".

O parecer da Secretaria de Economia afirma claramente que os trabalhadores têm o direito de serem mantidos como foram contratados, assegurando ali todos os direitos e garantias previstos no concurso que fizeram e em que foram aprovados. Ou seja, as demissões realizadas e as previstas ferem o direito da categoria.

Uma das mudanças propostas pelo projeto de lei é a ampliação do objeto social da CEB Holding, para que possam operar a IP – Iluminação Pública no DF. A pergunta que se faz: se a atividade da CEB Ipes está sendo transferida para a Holding, o que ocorrerá com os quase noventa empregados da subsidiária? O GDF vai manter em operação uma empresa sem atividade? A ausência dessa situação, sem falar sobre o futuro dos funcionários públicos, repetirá a situação dos trabalhadores da CEB-D que estão na Neoenergia. Significa que se sacrificará, mais uma vez, caso se aprove este projeto, a principal joia do serviço energético de Brasília, a categoria profissional.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. ROSÂNGELA PEREIRA ROSA – Eu estou terminando.

Para concluir, Deputado, reforçamos que não mais se permita esse cheque em branco a uma empresa que, nesses dois anos que está com controle energético de Brasília, tem mostrado a total ausência de compromisso com a prestação de serviço público de iluminação essencial a toda a sociedade.

Importante esta Casa se atentar ao que dispõe o art. 4º do projeto de lei em discussão, que atribui somente ao Executivo local o poder de regular e dispor sobre a concessão da IP, excluindo qualquer participação do Legislativo.

Solicitamos não aprovar o Projeto de Lei nº 3.069, porque somente trará prejuízo à nossa sociedade e aos trabalhadores que atuam neste setor estratégico para o qual prestaram concurso público, foram treinados e capacitados.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, companheira Rosângela. Acho que uma das funções de sindicato é se preocupar com a qualidade, realmente, desse serviço e desses servidores; porque eram servidores, era uma contratação por concurso.

Uma outra preocupação que a gente tem é essa sensação também de cheque em branco. Esse art. 4º fala que a transferência da concessão dos serviços vai ficar previamente autorizada pelo poder concedente, que seria o Executivo. Então, o nosso medo é: o que vai acontecer depois? Na mudança desse contrato, desse decreto também que a gente não sabe como vai vir, o que vai acontecer? Não precisaria passar por esta Casa, novamente? Deixo esse pensamento também.

Passarei a palavra ao Deputado Max Maciel, que a pediu.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Eu estou deixando alguns apontamentos aqui para ele. Eu acho que, depois, a gente precisa passar a palavra ao Presidente, porque ele precisa sanar alguns questionamentos em relação a esses apontamentos.

Concedo a palavra ao Deputado Max Maciel.

DEPUTADO MAX MACIEL (PSOL. Sem revisão do orador.) – Deputada Dayse Amarilio, que está conduzindo esta comissão, e é nossa Presidente na CAS, cumprimento todos e todas aqui presentes ao cumprimentá-la.

Presidente Edison, muito obrigado pela explanação, acho que é importante. Coloco-me na disponibilidade de ler com muito mais atenção o projeto, com a sensibilidade de pegar todos os apanhados, com uma consulta legislativa que possa subsidiar melhor, inclusive, quais são as propostas e os encaminhamentos. Acho que isso é importante.

Uma das coisas, na sua apresentação, que me chamou atenção foi que pedir voto na Ceilândia todo mundo vai, mas mandar emenda para trocar lâmpada, ninguém. Eu já me liguei. O importante é eu começar a cobrar os Deputados aqui também de como a gente muda a efetivação energética de lá com essa ação. Eu sou um cabra que gosta de cobrar sobre isso, e me chamou a atenção.

Do ponto de vista prático, Presidente Edison, eu sou uma pessoa que fui contrária, fortemente, à venda da CEB. É uma coisa que eu preciso dizer publicamente, reforçar aqui essa minha posição. Ainda mais a CEB, que, em 2019, ganhou um prêmio de qualidade; em 2020, lucrou 358 milhões e tinha, na época da sua venda, 1,5 bilhão de recebíveis ainda para entrar no caixa. Em 2019, teve um lucro de 119 milhões. Era uma empresa que talvez tivesse sua complexidade de gestão, tivesse suas dificuldades pontuais, mas, como empresa pública, ela fazia seu papel de desenvolvimento da cidade. Um dos maiores pagadoras da CEB é o Metrô. E, hoje, um dos grandes desafios de desenvolvimento do Metrô é exatamente a sua capacidade energética, o seu potencial de energia. Então, isso demonstra um pouco o rumo com o qual a gente precisa tomar cuidado no Distrito Federal, que também está amarrado nessa ação.

Fico feliz com a fala de que a gente pensa, e está no radar, a iluminação das ciclovias. Eu me sentei com o Secretário Luciano e pedi também por essa demanda. De fato, as rotas de ciclovias, que ligam modais do metrô, são muito escuras e têm incidência de muito furto, de muito assalto, Deputada Dayse Amarilio, de forma grandiosa. Obviamente, como eu já fui membro do Conselho de Segurança do Distrito Federal, uma das grandes manchas de assaltos são exatamente as paradas, em turnos com ausência de iluminação. Então, é importante a gente pensar a segurança pública para além da polícia. A polícia é um agente de segurança pública, ela não é a segurança pública especificamente.

Eu queria fazer uma pergunta para entender se, no projeto, a gente vai ter isso como (Ininteligível). Porque um dos grandes custos da iluminação é o próprio pagamento à empresa de iluminação, certo? Do custo que gera a iluminação pública, aqueles 209 milhões são da energia? O que a gente paga da distribuição, certo? Fornos? Há algum projeto de a gente também buscar, dentro da possibilidade ecológica de créditos de carbono, ilhas, por exemplo, fotovoltaicas, que é um processo? Porque isso baratearia o custo do processo de distribuição. Eu queria entender se isso está no nosso radar, porque, se não, a gente continuará entregando ou fazendo um processo de concessão ou, mesmo ficando no Estado, pagando uma distribuição que é o maior ônus da própria CEB Ipes, e esse dinheiro poderia, por exemplo, retroalimentar-se para dentro do sistema, para efetivação e para ampliação de malhas. Isso é importante a gente ponderar.

Ficam aqui minhas considerações nesse sentido, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Pertinente.

Vou passar a palavra para o Presidente, que tem o apontamento em relação ao Deputado Max Maciel.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Deputado, eu fico muito feliz em ouvi-lo,

principalmente pelo fato de que o senhor está interessado em conhecer profundamente. Estou aqui muito disposto a me sentar com o senhor o dia inteiro. Quer entender? Tudo! Eu vou me dispor a lhe mostrar 100% de transparência. Quer entender CEB Distribuição? Eu explico tudo para o senhor: o porquê, como, lhe dou os dados e os números. Os números precisam ser analisados sob a ótica da conjuntura. Não vou debater distribuição, privatização, agora. Respeito opiniões. Cada um tem a sua, e eu respeito. É uma decisão que foi tomada, é uma decisão de governo.

Eu fico muito feliz – é uma pena que o Deputado Chico Vigilante não esteja aqui –, porque eu queria agradecê-lo quando ele atribui a mim como dono da privatização, que sou o dono desse projeto. Eu me sinto uma pessoa bastante relevante no governo do Governador Ibaneis com o Deputado Chico Vigilante me dando essa honraria.

Não sou o dono de nada, eu sou um executivo em quem o governador confia. E ele me delegou missões que foram cumpridas em 100%. Foram cumpridas rápido, eficientes, e eu tive o prazer de ouvir. Eu vou dizer a vocês o que ouvi de uma pessoa muito relevante no GDF. Não é do GDF, é do Tribunal de Contas, que me dizia o seguinte: “Edison, eu vou lhe dizer uma coisa. Fizemos de tudo para atrapalhar a privatização. Fizemos de tudo! Procuramos cada erro seu, cada falha. Fizemos todas as reclamações e as judicializamos. Não encontramos nada. Parabéns! Você fez um bom trabalho. Vamos seguir em frente.”

Então, isso me dá orgulho, porque fizemos um trabalho que não tem uma mancha de lisura no processo. Foi o processo mais rápido da história do Brasil. O Dr. Ricardo Brandão foi o Procurador-Geral da ANEEL e sabe o que é privatização do setor elétrico no Brasil. Foi o processo mais rápido, com o melhor resultado de venda, com ágio de 76%, e conseguimos um grande processo.

Mas vou respeitar questões ideológicas e interesses pessoais. Compramos, sim, sala. Finalmente, a CEB voltou a comprar. Ela tem uma história de vender. Ela vendeu prédio, vendeu 904, vendeu a pirâmide, vendeu, vendeu para pagar custeio. Ela não dava lucro nem para investir nem para remunerar o alto custo de PMSO – Pessoal, Material, Serviços e Outros que tinha.

Mas eu não vim aqui para debater CEB. Eu vim aqui para debater o projeto. E digo que não estou defendendo PPP. Ao contrário! O Governo Ibaneis recebeu uma PPP pronta! Caminhou no Governo Ibaneis, na Secretaria de Projetos Especiais. Eu fui ao governador e falei: eu sou contra. Eu quero que a CEB seja a concessionária. Eu não estou defendendo PPP. Houve uma má interpretação. O que eu disse aqui é que estamos abertos a debater o que quiserem. Podemos debater fazer nada, podemos debater deixar como está, podemos debater fazer PPP.

O que nós estamos defendendo é manter a iluminação pública numa companhia pública. Se eu quisesse privatizar, estaria aqui defendendo a privatização, porque não sou de mentir, não sou de me esquivar. Eu sou de enfrentar. Enfrentei com coragem o que enfrentei. No governo passado, anterior ao Governo Ibaneis, declararam que privatizar a distribuidora é melhor. Mas qual foi o programa de privatização do governo passado? A Lei nº 5.577, relatada pelo Deputado Wasny de Roure. O que era, Deputada Dayse Amarílio, a Lei nº 5.577? Privatizar a CEB Geração, vender todas as usinas e fazer a PPP da iluminação pública. Esse era o programa de privatização do governo apoiado pelo sindicato. O sindicato apoiou a Lei nº 5.577. Ou não? (Pausa.)

Apoiou! Claro! Para manter a distribuidora, tinha que vender e privatizar as empresas de geração, que dão lucro, hoje. Hoje, nós temos uma CEB lucrativa. Ela pode, hoje, comprar. Ela tem caixa. E é isto que nós estamos propondo: usar o caixa lucrativo de uma empresa sadia.

Temos assessor de 14 mil reais? Ganha pouco! Muito ganha o eletricista que ganha 41 mil que eu tenho lá. É eletricista que incorporou salário de diretor e que entrou num acordo coletivo das grandes benesses do passado. Esse ganha muito. Eu tenho eletricista na fila por 8 mil, mas tenho, no quadro, eletricista que ganha 30, 35 mil, e um que ganha 41 mil. Esse, sim, dá vergonha. Agora, um assessor que ganha 14 mil, acho que está bem pago pelo tanto que entrega e pelo tanto que se dedica.

Deputado Max Maciel, falemos agora sobre usinas fotovoltaicas. Se o senhor quiser terminar o despacho, fique à vontade. (Pausa.)

Nós fizemos um projeto para termos usinas gerando energia para iluminação pública. Apresentamos isso para o banco chinês NBD – Novo Banco de Desenvolvimento, e o diretor da State Grid, que estava na diretoria do banco, achou o máximo. Sabem por que a gente não levou à frente? Por uma questão muito simples: o quilowatt-hora que a gente paga para as usinas no mercado regulado é 50% mais barato do que o que é gerado e comercializado pelas usinas fotovoltaicas vendidas. Então, hoje a gente paga 35 reais (sic) o quilowatt-hora, enquanto os mercados regulados a

e b estavam pagando na faixa de 80 reais (*sic*). Corrija-me, Ricardo, pois você está mais atualizado em tarifa do que eu.

Mas não valia a pena. Era como se eu investisse em uma usina, eu poderia vender essa energia a 80 e iria fornecer para iluminação a 35. É muito mais negócio, é um projeto que a gente está desenvolvendo, construir usina fotovoltaica para vender para o próprio governo mais barato do que ele compra do mercado regulado, e a gente continuar comprando a energia com subsídio. Como baixa renda tem subsídio, a iluminação pública é subsidiada. A gente pagava 35 centavos o quilowatt-hora e subiu, nas últimas tarifas, nos últimos dois anos, para perto de 50 centavos.

Então, não compensa eu investir em usina. É ecologicamente bonito, eu estou gerando energia limpa para iluminar a cidade com uma iluminação sustentável, mas, do ponto de vista econômico, quando eu faço uma análise de *business plan* do negócio, não roda, há prejuízo. Eu estou gastando para vender barato enquanto eu posso comprar barato no mercado regulado porque tem um subsídio da Aneel. Esse é um ponto que não funciona.

Quanto à questão das prioridades, realmente a gente trabalhou muito. A gente fez os pontos da Ceilândia – eu estive com o administrador da Ceilândia – e a gente procurou ver quais as áreas que seriam mais importantes dentro da limitação financeira que a gente tem. A mesma coisa fizemos com o Sol Nascente agora.

Vejam o seguinte: eu estive com o Sr. Dilson, Administrador da Ceilândia. E também com o Bispo Renato, administrador. Sabem o que o Dilson me disse? Que o maior índice de ouvidoria dele e de demanda da população é luz de LED. O maior índice dele. Ele tem uma dotação orçamentária, e a gente está fazendo um programa. Nós, inclusive, conversamos com o Presidente da Casa e fizemos toda essa exposição. No dia em que o senhor se pronunciou aqui demandando um plano, o senhor lembra que o Presidente Deputado Wellington Luiz disse: "O Secretário Luciano e o Presidente Edison estiveram comigo e me apresentaram um plano consistente"? É isso que o senhor viu aqui. Nós temos a cidade totalmente mapeada, nós temos um plano consistente, nós sabemos de quanto recurso precisamos.

Quanto à questão que a senhora menciona, Deputada, de fiscalização e controle, essa é outra coisa completamente diferente. Do ponto de vista de gestão pública, do ponto de vista de administração, o IGES – Instituto de Gestão Estratégica de Saúde é completamente diferente do que nós estamos tratando, de companhia energética.

A companhia energética é, na sua essência, uma empresa pública que vai continuar atuando como empresa pública. Em segundo lugar, com relação aos funcionários, 100% dos empregados estarão dentro de uma empresa pública. Pode colocar artigo na lei determinando que a CEB não poderá dispensar, que não poderá privatizar... Zero de problema porque não é esse o nosso conceito. O conceito é manter a empresa pública.

Como vai funcionar? De quem é a fiscalização do cumprimento do caderno de encargos? Da Secretaria de Obras. O poder concedente tem a função de fiscalizar o plano de encargos e de investimento. É uma prestação anual. Terá também um verificador independente. Esse verificador faz uma checagem, uma auditoria externa, para saber se o concessionário está cumprindo o contrato.

O que vai dizer o contrato? Há uma meta no contrato, há os monumentos públicos. Eu estou mantendo os monumentos públicos iluminados? Nós investimos nos monumentos públicos? Iluminamos Catedral, iluminamos Congresso, iluminamos as pontes? Quais monumentos públicos estarão elencados no caderno de encargos? Qual é a nossa meta de pontos? Como devemos mantê-la? Eu vou ter o centro de controle? Hoje nós temos uma fiscalização da Secretaria de Obras em que há uma meta de pontos que não podem estar apagados. Até um número de x pontos apagados por mês, eu tenho um controle. Se eu não cumprir... Hoje eu sou prestador de serviço, se nós não cumprirmos a meta de troca de lâmpadas e manutenção de pontos, de acordo com a fiscalização que é feita, pagamos multa.

Tem todo um processo. Tem um detalhamento operacional que a gente pode fazer em uma segunda rodada para mais pontos de detalhamento de contrato, de metas, de caderno de encargos.

Eu digo para a senhora o seguinte: esse projeto deve ter essa altura de papéis (Faz gesto.) Ele é denso, detalhado e tem todas as informações. Para um primeiro momento, acho que seria muita informação. Esse é um projeto complexo, nós estamos há dois anos trabalhando nisso, nós contratamos consultores externos, a FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas trabalhou nisso. São métricas, são estimativas, são cálculos de fluxo de caixa. É um trabalho bastante complexo que nós estamos superdispostos a trazer para cá para fazer um debate técnico, seja com os Deputados, seja com os seus assessores.

Este é o primeiro momento em que eu trago o seguinte: qual é o nosso diagnóstico, onde nós estamos e aonde queremos chegar. Acho que todo mundo aqui é unânime em dizer: queremos melhorar a iluminação. O que eu digo, e digo isso para a senhora antes, nós temos um problema apenas: definir a origem dos recursos. O dinheiro. Como é que financiamos isso. E aí eu elenquei ali cinco alternativas.

Nós estamos defendendo uma delas, que é o modelo de concessão, e podemos discutir politicamente. O governador pode falar: "Não, nada disso, Edison, esquece, eu vou alocar recursos Fonte 100, vamos aumentar a CIP – Contribuição de Iluminação Pública..." É uma decisão política, do Poder Executivo com o Poder Legislativo.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, presidente, acho que, como o senhor falou, é o primeiro momento, ainda há muitas dúvidas. Porque o projeto é meio seco, então essas dúvidas pairam mesmo. Inclusive o Iges, num modelo distante, mas muito parecido em alguns pontos, sim, tinha, inclusive, a questão da transparência e da prestação de contas anuais, que nunca existiu.

Nossa dúvida é quanto à possível contratação de terceiros. Também temos dúvida quanto à questão de que não passaria por esta Casa, de novo, qualquer mudança nesse plano. Acho que precisamos entender melhor esse plano, embora aqui, realmente, seja um primeiro momento.

Concedo a palavra ao meu colega, o nobre Deputado Robério Negreiros, para fazer as suas considerações, e depois ouviremos todos.

SR. RICARDO BRANDÃO – Gostaria de fazer só um comentário muito rápido, uma resposta ao Deputado Max Maciel. Quanto àquela despesa de 200 milhões de reais em energia, a melhor forma de reduzi-la é exatamente com esse sistema de troca de lâmpadas por lâmpadas de LED, o que reduz de 50% a 55% essa despesa. Isso vai gerar uma sobra de caixa porque, do ponto de vista ambiental, melhor do que gerar mais energia para substituir isso é você consumir menos energia. Isso é muito mais eficiente, muito mais sustentável e, de fato, vai gerar uma sobra de caixa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiro eu queria parabenizá-la pela proposição deste debate. Esta Casa é uma casa plural, em que tudo é decidido por 24 Deputados, o que acho até pouco para uma representatividade de mais de 3 milhões de habitantes.

Quero também saudar os ex-Deputados, que contribuíram muito com esta Casa. Aqui nós somos passageiros, mas sempre deixamos uma marca. O Deputado Rogério Ulysses, que tenho visto nas redes sociais, está buscando e clamando por melhoria de iluminação pública em sua cidade, São Sebastião, onde tem uma liderança muito forte. A Deputada Júlia Lucy, de quem tive a oportunidade de ser colega na legislatura passada, também tem uma participação forte nessa questão de eficiência do setor público e do setor privado também.

Para não me alongar muito e para não me atrapalhar com o tempo, fiz um resumo. Falarei não só como Líder do Governo, mas também como Parlamentar, que fará aqui um juízo de valor sobre o tema. Já ficou muito claro que as pessoas falam em privatização, mas ninguém está falando em privatização aqui, muito pelo contrário.

Sobre essas adequações, aqui não é um cartório, e nós não somos 24 tabeliães. Todos os projetos apresentados pelo Executivo são justamente para que possamos ter uma discussão e um aperfeiçoamento. A própria oposição ajuda muito o governo nessa questão de melhorias da legislação que aprovamos aqui. No Governo Ibaneis, em seu primeiro mandato, todas as legislações foram aperfeiçoadas pela bancada da oposição, que tem uma experiência muito grande e cujo patrono é o Deputado Chico Vigilante, de quem discordo apenas do que falou em relação ao Edison.

Aqui eu não falo como Líder do Governo e, sim, como um cidadão, como um Deputado. Eu não gosto de rasgar seda para absolutamente ninguém, mas eu tenho uma admiração muito grande pela coragem de V.Sa., Edison, pelo seu histórico como dirigente de várias empresas públicas, de conselhos de estatais. Já geriu o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social. Eu acho que a gestão mais simples – sem querer desmerecer, logicamente, pela questão da importância – foi comandar o maior clube do Distrito Federal, o Iate, no qual V.Sa. foi até comodoro.

Quero dizer que V.Sa. não é um mentiroso, que vossa senhoria não é um mau gestor, muito pelo contrário. É um gestor que nos orgulha, dentro de um conceito de visão governamental. Quem quiser governar tem que enfrentar as urnas para governar a cidade.

Eu creio que, com relação à privatização da CEB, óbvio, existem críticas. Eu me sensibilizei muito com a questão dos servidores. Está aqui presente a representante deles. Eu cheguei a atender

servidores chorando, e aquilo me sensibilizou muito. Eu era o Vice-Líder do Governo na gestão passada e derrubei o veto a um projeto, de autoria de dois Deputados, que tratava da absorção desses servidores, pois muitos já estavam sendo demitidos na privatização. Aí, sim, foi a privatização da CEB Distribuição. Mas deixei claro, pela minha questão jurídica, que era um projeto que tinha vício formal e, de fato, a Justiça já se manifestou, rapidamente, declarando o projeto inconstitucional. Não é o tema. Mas me sensibilizo e me coloco à disposição para que haja uma conversa com o governo para se buscar uma saída. Isso foi colocado até na decisão do desembargador, que disse que existiu o vício, e o vício poderia ser sanado se o governo mandasse um projeto aqui, nesse sentido.

Então, quero deixar bem claro que aqui eu sou um Parlamentar que nunca teve duas faces. Eu assinei a derrubada de veto e, ainda como Vice-Líder do Governo, prometi a vocês e continuo me sensibilizando com vocês e, no final, eu vou fazer uma proposição sobre o projeto em tela. Vou ser bem breve, está bem?

O referido projeto de lei outorga à Companhia Energética de Brasília a prestação dos serviços públicos de iluminação pública do DF, de modo que o objeto social na companhia passará a abranger a prestação dos serviços públicos de iluminação pública no DF.

Hoje a CEB IPES – CEB Iluminação Pública e Serviços S.A. é apenas uma contratada da Secretaria de Obras. Eu acho que a Secretaria de Obras já tem tanta coisa para se preocupar, e o que o governo está querendo é justamente que a CEB Ipes possa fazer a sua finalidade, que é justamente a de investir e ter a possibilidade de trazer investimentos, porque ela não pode, sequer, receber, inclusive, a contribuição de iluminação pública.

Abrangerá as demais unidades da Federação, mediante a celebração dos instrumentos jurídicos pertinentes. Ademais, não se observa óbice para uma subconcessão, modalidade descrita no art. 26 da Lei 8.987/1995, nos termos do art. 3º da proposição, ou até mesmo transferência de concessão, desde que expressamente autorizada pelo poder concedente.

Conforme previsto no art. 4º do projeto de lei, cumpre, inclusive, com o Supremo Tribunal Federal, pela ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2946, que julgou inconstitucional a necessidade de licitação em tais casos.

Ao final, eu colocaria uma sugestão contrária ao que o governo passou, mas é uma saída, e eu consultei previamente o governo sobre isso. No art. 6º da proposição, se prevê a utilização de recursos da CIP desvirtuados a título para o custeio de serviço de iluminação pública e as despesas com energia elétrica consumida em tais serviços.

Trata-se, de fato, de um mecanismo administrativo, regulamentando melhor a questão econômico-financeira da concessão, a qual é ausente no decreto vigente.

Ademais, a referida minuta da proposição em análise não visa a alterar espectro normativo local nem se ingere sobre as demais normas vigentes, sendo apenas inserções específicas e pontuais do Poder Executivo, de serviço público já existente em andamento pela CEB.

Por força do decreto, logo não há consequências jurídicas quanto à proposição, nem controvérsias jurídicas que envolvam a matéria.

O Poder Executivo editará decreto que regulamentará os termos da outorga e as condições essenciais e necessárias à exploração dos serviços públicos concedidos, os quais deverão ser definidos em contrato de concessão.

Para a execução dos serviços públicos de iluminação pública ou viabilização de investimentos diretos e indiretos em bens e serviços vinculados a sua prestação, a concessionária poderá contratar com terceiros para o desenvolvimento de atividades inerentes acessórias ou complementares aos serviços, bem como a implementação e a execução de atividades relacionadas.

Imaginem a eficiência e uma forma menos morosa de atendimento à população. Hoje nós temos uma – sem querer desmerecer o trabalho da Secretaria de Obras e da própria CEB Ipes – situação amarrada; hoje, para você fazer uma melhoria na ponta, às vezes, demora de sete a oito meses, dependendo da complexidade do investimento.

O resultado da arrecadação da CIP será utilizado para o pagamento de remuneração da prestadora dos serviços públicos de iluminação pública e de energia elétrica consumida pela iluminação pública bem como para a constituição de garantia pública da concessão de serviço público de iluminação pública.

Com essa alteração, vai se permitir então que a CEB Ipes possa dar uma garantia pública na

questão da concessão pública. Esse também é um ponto muito importante a ser observado, enquanto implemento e melhoria na ponta, Deputado Pepa – que tem uma luta muito grande pela região norte, e também clama por muita melhoria –, para que a gente possa ter essa eficiência de fato, não só na forma que está hoje, em que o governo, aos trancos e barrancos, está tentando fazer.

Como o Edison mostrou aqui naquele quadro, que a gente possa sonhar que fique tudo azulinho em LED, e, em dez anos, o governo vai ter uma economia – a própria dúvida do Deputado Max Maciel – muito grande. Eu achava que era até 40% de economia, mas um gestor aqui falou que pode chegar a até 55% de economia. É muito. Fora a questão da segurança pública que está envolvida também – a iluminação é mais potente.

Então, já estou finalizando aqui.

Fica autorizada a movimentação dos recursos oriundos dessa contribuição, como dito, por meio de uma conta bancária de titularidade do Governo do Distrito Federal, cuja movimentação fique a cargo exclusivamente da instituição financeira administradora, nos termos dos contratos que deverão ser celebrados entre a concessionária e demais partes.

A Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – hoje sendo a Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão e também combinado com a Secretaria de Fazenda –, a título de Desvinculação de Receitas de Estados e Municípios, de forma a custear a remuneração pela prestação de serviços públicos, da iluminação pública e de despesas com energia elétrica consumida nesse serviço...

Do ponto de vista orçamentário-financeiro, os impactos do referido projeto de lei recairão exclusivamente da conta orçamentária da CIP, destinada exclusivamente para a manutenção já por lei vigente, operação e investimentos no parque de iluminação pública do DF. Portanto, a medida não gerará qualquer impacto aos cofres públicos do Distrito Federal, bem como aos seus órgãos e entidades.

Sra. Presidente, eu queria fazer aqui uma consideração, até em respeito à representante dos empregados do sindicato, para acrescentar um artigo – eu estou colocando a título de sugestão, até para que alguns Deputados aqui presentes possam fazer essa emenda. O governo poderia até concordar com ela, até mesmo porque o governo pode querer uma coisa, mas quem dita a forma como vai ser feita é o Plenário, que é soberano, com seus 24 Deputados.

Colocaríamos um artigo novo, que falaria mais ou menos assim: “A Companhia Energética de Brasília Iluminação Pública e Serviços – CEB Ipes, deverá manter todos os empregos públicos da companhia, na vigência desta lei, não podendo também se valer do dispositivo, sob qualquer justificativa, para dispensar empregados”. Isso seria uma ideia.

A outra ideia é em relação ao art. 4º, que é a que dá mais discussão e envolve essa distorção de se falar que é privatização. O próprio Presidente da CEB Holding, Sr. Edison, falou com proficiência que a ideia do governo é outra. Tinha a PPP – Parceria Público-Privada em curso, que era interesse do Governo Rollemberg, quando eu também estava nesta Casa. Tinha uma carta branca, inclusive, que esta Casa acabou passando, para que se fizessem essas PPPs. Hoje, essas PPPs têm que passar pelo Poder Legislativo.

Seria modificar esse art. 4º – também é apenas uma sugestão. Em vez de falar “transferência da concessão do serviço público de iluminação pública deverá ser previamente autorizada pelo poder concedente” – aí se tira a autonomia desse poder e, como Deputado e mesmo como Líder do Governo, eu nunca vou deixar de defender a Casa em que estou temporariamente, porque a gente está Deputado, a gente nunca é Deputado –, a gente poderia colocar sobre a questão da autonomia desta Casa. Se o governo pedir para eu ir de encontro à questão do poder instituído que representa a população, eu entrego a Liderança do Governo. E quero dizer que o governo não está fazendo isso, obviamente.

Então, a sugestão seria colocar – repito, isso é uma sugestão para se colocar no art. 4º – “a concessionária não poderá transferir a concessão do setor privado sem prévia autorização do poder concedente, mediante lei específica”. Quando a gente fala lei específica, tem que vir para o Poder Legislativo.

Seria essa a minha contribuição.

Quero dizer também, para lembrar aos Deputados – a Deputada Júlia Lucy vai lembrar, pois ela estava aqui –, que, na votação em que nós derrubamos um veto do governo, eu também votei pela derrubada do veto do governo, enquanto Vice-Líder do Governo, porque achei coerente um projeto de

lei vetado pelo governo, de autoria do Deputado Chico Vigilante, em que ele alterava a Lei nº 3.792, de 2 de fevereiro de 2006. Ela foi promulgada pelo Poder Legislativo. Não tem discussão jurídica, o Ministério Público não a questionou, então, ela está vigente.

E ela narra mais ou menos o seguinte – isto aqui é uma lei, é a Lei nº 7.202, de 21 de dezembro de 2022. Foi derrubado o veto e foi promulgada pelo ex-Presidente desta Casa, Deputado Rafael Prudente. “O art. 17 da Lei nº 3.792, de 2 de fevereiro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 17 Dependem de prévia autorização legislativa as concessões patrocinadas’. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, aplicando-se inclusive aos processos de licitação em curso.”

Essa lei aqui está vigente. Demonstra que, mesmo com essa eventual aprovação do projeto, com a deliberação, muita coisa do que a CEB Ipes tentar fazer – acho que a grande maioria, o escopo – terá que vir para esta Casa para ser deliberada, observada não só a questão da oposição, da situação, dos independentes, mas a busca do melhor entendimento para esta Casa.

A minha contribuição é essa. Digo que, nesta Casa, os Parlamentares são livres para expressarem os seus entendimentos.

Eu quero parabenizar o governo aqui. E fazia, antes mesmo de assumir a Liderança do Governo. Recomendando sempre ao governo que, em toda audiência pública, comissão geral, sessão solene da Câmara Legislativa, tenha respeito com esta Casa e que os integrantes dos órgãos estejam aqui presentes.

Eu estava até preocupado, porque o Sebastião chegou um pouco atrasado. Eu falei: “Eu não acredito que a Secretaria de Fazenda não terá representação, eu não vou acreditar nisso” – porque eu sei disso e conheço grandes amigos que estão lá – o Sebastião, inclusive, e o Dr. Itamar, por quem tenho uma admiração muito grande.

Está de parabéns o governo. Que o governo possa participar, às vezes não com o secretário ou o secretário adjunto, mas, no mínimo, com um subsecretário da temática envolvida aqui nesta Casa.

Parabéns, Deputada! A Deputada Dayse Amarílio veio com gás total e com humildade muito grande de querer aprender. Falei para ela que tive isso também no primeiro mandato, aprendi muito perguntando, errando. Aqui a gente aprende até mais errando. Eu prefiro o erro a não errar por falta de tentativa. Eu acho que a senhora está se saindo até melhor do que eu no meu primeiro mandato, diga-se de passagem. Parabéns! Coloco-me à disposição, como Liderança do Governo.

Eu creio que esse projeto é muito importante para que a gente possa fazer as melhorias, a efficientização. Que seja afastado de uma vez por todas... Eu acho que, às vezes, coloca-se uma roupagem de privatização e dessas coisas para que o projeto... “Não, não vamos mexer no que está quieto.” Mas o bom gestor é o que tem a forma de agir inversa dessa. A gente tem que inovar, perseverar. Agora, fazer tudo dentro da legislação, como o próprio Edison disse, respeitando todas as normas legais, os tribunais de contas, o nosso Poder Judiciário.

Só para finalizar, queremos discordar um pouquinho do que a senhora disse. Servidor competente e, principalmente, nessas áreas complexas, tem que ganhar muito bem, porque, senão, ele não vem. Nós temos um exemplo de uma pessoa que teve um cargo alto na Aneel. A Aneel não é aquela energia privatizada de Goiás, não, é a agência de energia elétrica que está justamente no setor de regularização, no ponto certo.

Parabenizo o Governador Ibaneis, que não fez ingerência política na CEB, senão, não teria saído nem a privatização nem essas mudanças que são importantes para o DF, e parabenizo a forma de competência e o quadro. Eu digo a vocês e até à Deputada Dayse Amarílio que peguem o currículo dos diretores, principalmente dos diretores de todas as CEBs, seja a Geração, a Holding, que tem sido gerida com grande maestria pelo Presidente Edison Garcia.

Parabéns, mais uma vez, a todos. Coloco aqui a minha pequena contribuição.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Deputado, pelas considerações. A gente aprende muito mesmo – eu estava até conversando com a Júlia –, é um grande desafio estar aqui. A gente que é nova na Casa precisa da ajuda de vocês, com certeza. O desafio é muito grande, porque inovar é muito necessário, e nós vemos que a nossa grande preocupação é que, muitas vezes, nós fazemos política para pessoas, e não para as cidades. Então, é esse o compromisso.

Quando você traz a defesa desta Casa, eu me sinto muito representada na sua fala nesse ponto, porque é muito importante a independência dos Poderes e é muito importante porque estamos fazendo uma representação social. É o nosso dever, independentemente de ser base ou oposição. Nós temos o dever legal de fiscalizar aquilo que é feito, para que gestores – e gestores muito competentes

– passem, mas que Brasília fique segura, independentemente do governador que esteja em exercício.

Eu queria agradecer a presença do Deputado Pepa.

Eu não sei se o senhor quer dar uma breve palavra, porque eu logo vou abrir, aqui, para duas pessoas da comunidade, e vamos revezando com os Deputados e os ex-Deputados.

DEPUTADO PEPA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PEPA (PP. Sem revisão do orador.) – Eu quero agradecer aqui à Presidente – obrigado pela fala; à Júlia Lucy, nossa Deputada, aqui não tem ex; ao nosso Deputado Rogério Ulysses; à comunidade; aos representantes de servidores da CEB; ao representante da Fazenda; ao meu Líder, Deputado Robério Negreiros – bom demais; ao Presidente Edison.

Sobre essa concessão, Presidente, Deputada Dayse Amarilio, estive ontem na CEB, justamente para entender o porquê de que, nas nossas cidades, a iluminação se encontra em situação precária: iluminação de quadras, quadras esportivas, de ruas.

Nesse sentido, eu fui conversar ontem, na CEB, com o Presidente Edison. Eu quero agradecer a ele. Aí, passa-se a entender o porquê de a concessão ser importante. Ela é importante porque lá na ponta – lá na ponta –, ela vai atender os anseios de quem está nos cobrando dia a dia. Lá na ponta, ela vai atender, naquele bairro carente, aquela comunidade em que ou está faltando a iluminação, ou não tem iluminação de LED como a do Lago Sul ou como a de muitos setores aqui do Plano Piloto.

Eu gostaria muito que Planaltina e muitas cidades do Distrito Federal se tornassem cidades-luz. Eu creio que, com a concessão, com certeza, vamos nos tornar cidade-luz de LED, porque, quando eu vejo aqueles pontinhos azuis naquele mapa, eu digo uma coisa para vocês: como eu queria que a minha cidade se tornasse cidade-luz!

Eu agradeço muito ao Presidente, à Presidente desta comissão geral, Deputada Dayse Amarilio, e a todos vocês.

Preservar o servidor é importante. Essa é uma pauta da qual a gente não abre mão, para que os servidores sejam preservados. É uma pauta de que nós, tanto do governo, quanto de oposição, não abrimos mão.

Ressalto, Presidente Deputada Dayse Amarilio, que, quando um presidente ou um secretário vem a esta Casa, convocado para dar explicações, no mínimo, esta Casa tem que ter respeito por esse presidente, respeito por esse secretário.

Muito obrigado. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Deputado Pepa, pelas suas considerações.

Com certeza, sindicato, também pode contar com a Deputada Dayse Amarilio em relação a esse artigo. Já estou aqui também falando com o presidente, para que a gente possa manter esses servidores. Nada mais justo.

Não menos importante, estou ansiosa para ouvir vocês que estão aqui abrilhantando, precisando falar.

Eu queria chamar o Sr. Davino França, que é da comunidade. Eu queria que ele viesse falar, se for o caso, daí mesmo ou da tribuna.

Concedo a palavra ao Sr. Davino França.

SR. DAVINO FRANÇA – Estão me ouvindo bem? Boa tarde a todas e todos. Boa tarde à Presidente, Deputada Dayse Amarilio; ao Presidente do STIU – Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal; ao Presidente da CEB; aos Deputados presentes, às Deputadas.

Eu venho, como comunidade, tanto falar sobre o meu espaço – o espaço que estou representando é Sobradinho II, uma periferia aqui do Distrito Federal – quanto, neste momento, eu não posso deixar de falar também de uma empresa que agora toma o momento de estar administrando e fazendo o serviço de iluminação, fornecimento de nossa energia, que é a Neoenergia.

Uma coisa que tenho a falar para toda esta Câmara, Deputado Pepa, é que a nossa energia está falha, o nosso serviço está deixando a desejar, e eu exemplifico isso com prática, por estar morando na periferia e vivendo isso no nosso dia a dia. Então, exemplificando isso bem às claras, eu

quero dar um exemplo de que, na semana passada, nós tivemos uma falta de energia que demorou das 15h até às 22h30. E por que eu trago essa fala sobre a Neoenergia? Porque, quando nós estávamos com a nossa empresa CEB – com toda a categoria, eu posso falar, sim, porque eu estava vivendo isso de perto, com a nossa ex-concessionária CEB –, era, no máximo, quando tinha, por umas duas horas, exageradamente três horas, de falha.

Eu não falo só pela periferia, onde eu vivo, mas eu falo por todo o Distrito Federal. Isso é muito ruim, porque a gente deixou de ter um serviço de qualidade, Presidente Edison Garcia, para a gente ter um serviço falho. Aí, onde eu estou, na periferia, é um espaço expressivo, que é um espaço comercial, ou seja, existe, sim, uma necessidade muito grande da energia, que ela seja eficiente.

Dito isso sobre a nossa empresa de iluminação pública, agora, o que eu percebo também são algumas falhas na iluminação pública, principalmente na periferia ou nas periferias do Distrito Federal, que são também os outros espaços pelos quais ando no Distrito Federal – pelas periferias. Eu falo com propriedade desse espaço...

(Soa a campainha.)

SR. DAVINO FRANÇA – Concluindo, o espaço da periferia de Sobradinho, como a Vila Rabelo, onde nós também temos uma falha na iluminação pública, um serviço a desejar. Isto me parece muito pensado: que haja um serviço ruim de iluminação pública e que chegue isso à mídia, assim como foi na CEB, com um formato que é não real, de dizer que a nossa empresa de iluminação pública está sucateada, quando, na verdade, estamos precisando, sim, de uma boa administração.

Eu concordo com o senhor também quanto a investimento. E aqui vai uma sugestão de buscar esse investimento junto à nossa grande empresa Eletrobras, porque ainda não foi privatizada. Ela é de um governo sério, que é o Governo Federal, que está sendo administrado pelo Presidente Lula.

Então, vai essa sugestão... (Falha na gravação.) Eletrobras, para que a gente tenha recurso e não precise doar, dar mais uma empresa nossa do setor público, principalmente a da energia elétrica, que está dentro de uma necessidade de segurança pública.

Muito obrigado pela fala.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Davino. Acho que uma grande preocupação é essa qualidade que chega lá onde você mora, na periferia. É muito importante essa fala.

Vamos tentar ir mesclando. Depois eu vou passar para o Olavo, vá se preparando.

Quero passar a palavra para a nossa Deputada Júlia Lucy, que está aqui representando a Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF. Vai falar daí mesmo? (Pausa.)

SRA. JÚLIA LUCY – Boa tarde, Sra. Presidente; boa tarde, Mesa. Boa tarde, nosso Presidente da CEB, Edison; Sr. Líder do Governo. Bom estar aqui, e eu estou falando agora como representante da Associação Comercial do Distrito Federal – ACDF.

Nós, ainda, não temos estudos aqui no Distrito Federal que façam o *link*, Presidente Edison, do ganho de vendas que os comércios passaram a ter aqui no DF por causa da ampliação da iluminação. A gente sabe que, quando, à noite, as pessoas se sentem seguras para transitar na cidade, elas consomem mais. Então, os comerciantes podem se sentir convencidos a permanecer com seus comércios abertos por mais tempo, consequentemente vendem mais e contratam mais pessoas. E a gente diminui a taxa do desemprego no Distrito Federal, que é uma das maiores do País. Lembrando que o Distrito Federal se sustenta com serviço; a nossa indústria é muito fraca ainda, infelizmente.

E a gente tem que, como o Deputado Robério Negreiros falou, buscar eficiência no serviço público e no privado, porque uma coisa está lincada à outra. Quando a gente tem a necessidade de pegar a Fonte 100 do governo, significa que a gente pega imposto que o povo paga para poder cobrir, muitas vezes, um prejuízo que uma empresa apresenta. Então, como qualquer cidadão que paga imposto, todos nós temos, sim, que reivindicar que as empresas públicas sejam lucrativas.

Mas eu não entendo – e eu direciono a minha pergunta principalmente ao Deputado Robério Negreiros – por que o governo não fez a opção de permanecer na linha de uma PPP, na medida em que a empresa poderia fazer contratação, e o governo poderia dinamizar o mercado e abrir o mercado para que outras empresas pudessem oferecer o serviço aqui no Distrito Federal.

O que está encaminhado aqui, muito pelo contrário do que foi dito de privatização – inclusive, eu não consigo nem entender o porquê de entenderem que é privatização –, é um monopólio da CEB na prestação da iluminação pública. E monopólio não é bom.

Então, gostaria de saber por que foi feita a opção de abandonar a PPP para poder privilegiar esse sistema, como também, nesse caso, a minha pergunta já é direcionada para o representante da Secretaria de Economia: por que também já foi previsto que o BRB – Banco Regional de Brasília vai cuidar da gestão dessa operação, na medida em que nós temos outros bancos que, com certeza, também teriam interesse de realizar essa operação?

Então, o comércio do DF depende e quer ver o setor de compras públicas aberto, para que novas empresas possam disputar esse mercado.

Muito obrigada!

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Ficaram alguns apontamentos de algumas perguntas já deixadas – muito pertinentes, também. Eu não sei se o Sr. Sebastião já quer responder a essa pergunta. (Pausa.)

SR. SEBASTIÃO MELCHIOR PINHEIRO – Bom, no tocante a escolher o BRB como agente financeiro, o BRB é uma empresa estatal do Governo do Distrito Federal. Então, como em uma família, os filhos têm preferência, têm um sentimento maior.

Então, nesse caso, entendo que a valorização do BRB é valorizar o Distrito Federal. Não que os outros bancos não tenham competência ou capacidade – podem ter –, mas o BRB está no mesmo patamar de qualquer banco e pode prestar, com a mesma eficiência, atendendo às necessidades do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada.

Concedo a palavra ao Sr. Olavo Oliveira, morador do Morro da Cruz, um condomínio muito falado aqui pelo nosso querido Deputado Rogério Morro da Cruz.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra, para responder à ex-Deputada Júlia Lucy.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo-lhe a palavra.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Obrigado pela pergunta, Deputada Júlia Lucy. Eu cito como exemplo um trabalho que a gente fez, por orientação do Governador Ibaneis, que foi a iluminação de toda a W3, juntamente com o belo trabalho de recuperação de calçadas e de asfalto – tanto da W3 Sul quanto da W3 Norte, principalmente a iluminação da W3 Norte. Isso, realmente, foi um embelezamento não só da W3, como dos estacionamentos. Isto, efetivamente, é uma motivação: a de você ter mais tranquilidade. É o que a gente defende: iluminar as áreas, para que a população se sinta mais segura.

Entretanto, há uma questão – e aí confesso que não sei bem – de um acordo com os comerciantes, em função do horário de funcionamento das lojas. A gente pode ver que a W3 toda fecha às 18h, 19h. Então, o aproveitamento dessa iluminação no comércio que não seja *shopping*, que tenha um acordo diferenciado por turnos do horário do comércio, acaba se perdendo, no sentido de aproveitar a iluminação para fomento do comércio naquelas quadras comerciais – ou nas cidades-satélites que têm o comércio aberto. Confesso que desconheço um comércio que vá até às 20h, 21h, exceto a política na relação com os comerciantes em um horário estendido.

Mas a gente tem feito. Dentro do programa Luz que Protege, nós direcionamos para centros comerciais que tenham farmácia e supermercado 24h. Então, a pergunta é: onde eu preciso estar às 10h, à meia-noite, em determinada situação? O Luz que Protege trabalha, Sra. Presidente, com a ideia de que eu preciso estar em uma farmácia, de que eu preciso estar em um hospital, de que eu preciso estar em um desses supermercados 24h, ou eu preciso estar numa balada.

Eu já vi uma proposta que a gente acha legal, eu só preciso entender bem, com o Deputado Fábio Felix, que é o Luz na Quebrada. A gente tem o Luz que Protege, o Luz na Faixa, que a gente criou com o DETRAN – Departamento Estadual de Trânsito. O Deputado tem essa proposta de Luz na Quebrada. Eu preciso entender o que é quebrada para a gente definir do ponto de vista do logradouro público o que é isso.

Então, nós fizemos isso, por exemplo, na 407/408 Norte, naquela área comercial de muitos bares, aquele centro onde tem muitos jovens, o pessoal que vem da UnB – Universidade de Brasília, que mora por ali. Esse ponto na 407 Norte realmente era foco de distúrbio da Secretaria de Segurança. Então, nós iluminamos tudo naquela região, que tem muitos jovens que ficam nos bares até mais tarde. Então, não só a parte de farmácia, mercado, como também na área de diversão. Esse princípio de dar à comunidade a tranquilidade e a segurança vai de praças até áreas de diversão dos jovens.

Realmente é uma ótima ideia, e a gente tem sido norteado por esse princípio de iluminar a cidade nos pontos para dar segurança a qualquer atividade da comunidade.

Muito obrigado.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Quero fazer só uma colocação também. Quando o próprio Deputado Max Maciel fala sobre melhorar a iluminação daquela região da UnB que tem os estacionamentos, o governo tem um impedimento de fazer melhorias ali porque a área é considerada da UnB. Então, é federal, e o Governo do Distrito Federal não consegue atuar, sob pena de ter problema referente a improbidade no governo. Então, os Deputados têm que buscar na bancada federal recursos federais para que a UnB possa custear isso, já que é área dela. Então, por isso o governo nunca atuou naquelas áreas que são perigosas, principalmente no período noturno, para os alunos. Isso é importante.

Quebrada eu acho que é uma gíria.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – É uma gíria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – É uma gíria. Quebrada, eu acho, é onde tem botecos e, às vezes, tráfico de drogas. Eu acho que é isso. Eu ainda me considero um pouco jovem, mas eu acho que é isso.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Deputado.

Vamos pedir recursos ao Governo Federal, inclusive, e para alguns deputados que estão lá agora.

Vamos ouvir nosso Olavo Oliveira, que é do Condomínio Morro da Cruz.

Concedo a palavra ao Sr. Olavo Oliveira.

SR. OLAVO OLIVEIRA – Obrigado, obrigado, obrigado a todos, saúdo a Presidente da Mesa, Deputada Dayse Amarilio, sinto que valeu a pena esperar cada minuto para participar deste debate, para construir essa proposição que julgo ser de extrema relevância, de extrema importância para o Distrito Federal.

A segurança pública muito já foi falada aqui. Nós entendemos, eu também entendo que ela tem o viés de segurança pública, ela tem o viés social, ela tem o viés de autoestima, ela congrega tudo isso numa única palavra, segurança pública.

Senhores e senhoras, imaginem a segurança pública levada em consideração quando os moradores não têm, não dispõem de iluminação pública por total.

Muito já foi falado aqui neste plenário da situação de ter uma iluminação pública precária, ter uma iluminação pública deficiente, mas ainda não falamos daqueles que não têm por completo essa iluminação e, por cima, pasmem os senhores e as senhoras, ainda têm que pagar por ela. É o que está acontecendo na região de São Sebastião, é o que está acontecendo nas comunidades do Morro da Cruz e em uma parte do Capão Comprido, onde já teve a implementação da rede oficial trazida pela CEB, a partir do momento em que as áreas passaram a ser consideradas áreas de relevante interesse social. Por isso a CEB está lá, de maneira oficial; a rede está lá.

Eu até pedi para rodar o vídeo de uma matéria do *DFTV*, no último sábado, que mostra o completo breu, que mostra que esses moradores, apesar de contribuir com a CIP, Deputada, não têm, não dispõem de nenhum ponto de iluminação pública. E são pessoas iguais às pessoas do Plano. Elas chegam da faculdade, chegam do seu ambiente de trabalho e estão sendo, a meu ver, desrespeitadas duas vezes, porque elas não têm o serviço, e pagam pelo serviço.

Que bom que nós encontramos aqui o Líder do Governo, que bom que nós encontramos aqui o Presidente da CEB e que bom que nós encontramos a Deputada Dayse Amarilio, que está sensibilizada em debater esse problema. Esse problema é de suma importância para o Distrito Federal.

Que bom que a gente volta para casa hoje, pelo menos, com a expectativa de que o governo e este Plenário estão preocupados em achar uma solução para esses moradores, porque, assim como eu, que contribuo com a CIP e não disponho de um único ponto de iluminação pública dentro do Morro da Cruz hoje... Isso é vergonhoso para o Distrito Federal; isso não é vergonhoso para mim, não. Isso é vergonhoso para quem arrecada, isso é vergonhoso para quem administra esse recurso e não oferece

esse serviço público de extrema relevância no contexto social, político, econômico e demais.

Muito obrigado pela fala.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Foi em cima do tempo, hein, Olavo? Aqui eu me senti no programa *Fala que eu te escuto*. Falou mesmo, abriu o coração.

Eu queria que o Presidente respondesse. Por que existe o tributo e não existe o serviço?

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Obrigado, Olavo. Compartilho com você 100% dessa demanda. Agora vamos contextualizar: o Morro da Cruz, até outro dia, não tinha nem energia regular, porque era uma invasão irregular. O que aconteceu no Morro da Cruz? Um programa de regularização da energia e o início de pagamento de conta, porque, até que isso acontecesse, não se pagava nem energia nem CIP. Venhamos ou não venhamos? Era só na gambiarra, era só na clandestina, inclusive os postes que eram conectados.

Então, nunca se pagou CIP, como também nunca se pagou energia. Nós propiciamos, no Governo Ibaneis, com a privatização, a energia regular. Lá, começou a se pagar CIP. Temos que entender que, mesmo quando não se pagava CIP, usava-se a luz que liga São Sebastião até o balão – tudo de LED –, como é usado o LED do monumento.

Nós estamos em um condomínio, Deputada. Cada um paga a sua CIP para iluminar a cidade, não é para iluminar a porta da sua casa. Então, ali, o que aconteceu? Quando a Neoenergia tirou os postes das gambiarras, tirou também os braços. Colocou a rede, e o trabalho da CEB Iluminação Pública – a gente está, num plano, trabalhando com a Neoenergia – é recolocar os braços com iluminação de qualidade.

Então, nós estamos numa transição, regularizando a rede da energia. Já foi colocado lá no Morro da Cruz I, depois no outro. Vinte e cinco mil unidades já foram ligadas e regularizadas no Morro da Cruz. Parou de cair. Por que caía toda semana? Porque sobrecarregava. Tinha um transformador conectado no cliente usuário da CEB Distribuição e tinha 25.032 unidades penduradas irregularmente na rede, o chamado gato. E aí o transformador não aguentava. O transformador esquentava, sobrecarregava, pegava fogo e derrubava todo mundo – os clandestinos e os regulares, que pagavam a energia e não tinham luz.

Isso porque você tinha um processo, e politicamente ninguém conseguia resolver esse problema. Com o programa Energia Legal que nós criamos, resultado da privatização, a Neoenergia foi lá e colocou os recursos necessários que a CEB Distribuição não tinha. E colocou todo mundo lá, está todo mundo com postezinho, com rede adequada, com regra de segurança. Não acontece lá como aconteceu em Arniqueira, onde a gambiarra estourou e matou um porque pegou fogo por não ter sido desarmada. Tudo isso é resultado de um processo de modernização, de evolução, que carece de investimento.

Hoje o Morro da Cruz evoluiu muito na qualidade de energia. Já colocamos muito na qualidade de iluminação. Tem coisas para fazer? Tem. Estou aqui com o meu diretor de manutenção de operações, que pode me passar uma cola informando qual é o nosso projeto para o Morro da Cruz. Podemos nos sentar, o ex-Deputado Rogério Ulysses sabe disso, porque ele está comigo.

Temos um projeto, porque foi iniciativa nossa colocar o Morro da Cruz, colocar a Ponte Alta, regularizar o Sol Nascente, regularizar o assentamento 26 de Setembro, o Nova Colina. Todas essas áreas entraram num programa de regularização de 72 mil unidades no Distrito Federal, para acabar com a agonia dos moradores. A gente foi, inclusive, cobrado por um morador do Morro da Cruz sobre quando iria começar o programa Energia Legal. Isso foi muito interessante. Eles estão ansiosos para pagar a conta de luz, porque pagar a luz, na sensação do morador, é ter cidadania. Viver na clandestinidade não é bom para ninguém. Cidadania é ter o pagamento da sua conta de luz, pagar sua CIP, pagar sua água e ter a sua infraestrutura, ter o asfalto, ter a rede de energia. Isso é o que está sendo feito lá, com todo o projeto do governo, como o governador fez em Vicente Pires. Eu me lembro quando, no começo do governo, fomos para Vicente Pires depois daquelas chuvas. Fomos eu, o Zé Humberto, o Izídio, o Luciano e passamos quase dois meses, todo final de semana, no gabinete de crise instalado lá. Hoje você vai a Vicente Pires, e está quase tudo iluminado, asfaltado, com um grande sistema de captação de água, que era o que faltava.

Eu estou recebendo a cola do meu diretor. Dois milhões e meio de investimento no Morro da Cruz. Isso aqui é de iluminação pública? Já foi feito? Vai fazer?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Onde já está regularizado, precisamos

investir 2,5 milhões. É isso o que precisa. E não tem esse orçamento, aguardamos a secretaria de obra liberar, é isso?

(Intervenção fora do microfone.)

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Então, nós temos apenas um problema: dinheiro. Somente isso. Então, conte com a gente, eu tenho certeza de que o Deputado vai fazer uma emenda de 2,5 milhões e resolver seu problema.

Ótimo! E nós vamos fazer o projeto.

Mauro, está dada a ordem. Vá lá, faça o projeto, apresente tudo. Nós, em um mês, estaremos com tudo começado porque o dinheiro vai aparecer.

Deputada, a senhora não quer fazer a emenda? Dois milhões e meio para o Morro da Cruz. Pronto, estamos resolvidos, o problema é a emenda parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Eu acho importante trazer esse debate para cá.

A questão que o Olavo traz, presidente, é que nós temos um problema social. Falar do passado, falar da questão...

Nós temos, hoje, um condomínio que tem uma relevância social, que está pagando a CIP. Inclusive, da CIP tem que haver 30% de reinvestimento ali. Eles já estão pagando para a distribuidora esse tributo que...

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Não. Desculpa. A luz?

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – A energia? Exatamente. Foi regularizado. Está tendo a luz, o tributo está sendo cobrado.

O que eu acho que ele está pedindo aqui é que esse tributo seja investido ali, é que os 30% que têm que ser investidos ali sejam investidos.

Se nós podemos ajudar de uma maneira mais rápida, para que possamos olhar para o condomínio e fazer mais... Lógico, a gente pode trabalhar com emenda? Pode. Mas eu acho que a cobrança é esta: se foi regularizado, se existe distribuição, se a terceirizada está prestando um serviço que está sendo pago, se uma porcentagem desse pagamento tem que ser devolvida em investimento de iluminação pública, que se dê preferência ao condomínio Morro da Cruz, porque essa população também merece. Acho que seria, mais ou menos, isso.

Mais alguma coisa, João?

Passamos a palavra ao Sr. Olavo Oliveira.

SR. OLAVO OLIVEIRA – Deputada, eu só queria parabenizá-la e reconhecer a sua sensibilidade em debater esse tema. É um tema recorrente no noticiário do Distrito Federal a questão da precarização ou da falta total da iluminação pública. Então, nós estamos aqui...

Eu não estou aqui para criticar a CEB Ipês, entrar num embate de saber quem é, qual é a melhor alternativa, se privatiza, se dá... Eu só quero receber por aquilo que eu estou pagando. Eu não estou pedindo nada. Simplesmente, isso. (Palmas.)

Eu acho que... Eu acho, não. Eu tenho certeza de que a obrigação da CEB Ipês é, pelo menos, devolver aquilo que a ela está sendo pago para ela dar. Ninguém está exigindo nada além disso. Somente isso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Olavo.

Eu acho que este momento é importante. Estamos aqui desde cedo para esta comissão geral.

O compromisso feito aqui, numa casa legislativa, vai ser importante para cobrarmos resultados. Também contem com a CAS para cobrarmos isso e, eu acho, com a sensibilidade do nosso Presidente também, porque eu já vi que é uma pessoa muito sensível.

Passaremos a palavra ao Sr. João Carlos Dias, Diretor Jurídico do Stiu.

SR. JOÃO CARLOS DIAS – Boa tarde. Peço permissão para ficar por aqui mesmo.

Deputada Dayse Amarílio, agradeço o convite e parabênizo V.Exa. por esta comissão geral e por este importante debate.

Cumprimento, também, o Deputado Robério Negreiros e os demais presentes. Cumprimento toda a Mesa e a nossa companheira Rosângela Pereira Rosa, essa guerreira.

Quero fazer algumas considerações bem rápidas, só reforçando aquilo que a companheira Rosa já falou.

Primeiro, quero fazer uma consideração. O Dr. Edison fala da questão de privatização da CEB Geração e de outras empresas do grupo. Na verdade, não foi privatização. Esta Casa não aprovou a privatização dessas empresas, porque a CEB tinha e tem participações minoritárias nesses negócios.

Qual era o objetivo da Lei nº 5.577? Fazer a alienação dessas participações acionárias para fortalecer a CEB Distribuição, que era a principal empresa do grupo, para fortalecer a distribuição aqui. Então, esta Casa não aprovou a privatização, nem o sindicato veio aqui.

O presidente sabe disso. Ele é uma pessoa do negócio, da CVM, já participou de entidade de minoritários e conhece muito bem. Mas ele insiste nesse tipo de colocação, que eu acho que não ajuda, Edison. A gente está aqui numa Casa... Acho que ser verdadeiro é fundamental.

Eu queria só reforçar que eu acho que o senhor precisa explicar mais essa questão que foi falada aqui desses imóveis. Eu acho que fazer essa aquisição de 46 salas ao custo de 34 milhões de reais... É praticamente a metade do que se economizou em energia elétrica com a eficiência desses 28%, que já foi feita. Então, o senhor pega 34 milhões de recursos do erário ou da empresa – eu não sei se vai ser um ativo da concessão ou se é um ativo da empresa – e compra salas. Onde está a economicidade? Onde está o interesse público num investimento como esse? Eu acho que o senhor deveria explicar isso melhor. Eu acho que é bom. O senhor está aqui. Se o senhor não conseguir explicar aqui neste fórum, pode explicar depois. Mas eu acho que isso tem que ser esclarecido. Isso não é uma coisa trivial: “Ah! Eu comprei ali 46 salas e gastei 34 milhões, e está tudo bem”. Acho que tem que explicar melhor.

Outra questão também que a companheira Rosa colocou é sobre a gestão financeira e a gestão de pessoas. Como se explica um quadro com mais de 40% de empregados não concursados, de ECs – Empregos em Comissão? Acho que não tem justificativa. Tivemos aprovação em concurso público de processo seletivo que até se questiona, porque o senhor fez um concurso para 110 pessoas e só chamou 80 ou quase 90. Tem trinta trabalhadores que passaram no processo seletivo interno e estão na Justiça tentando ir para a empresa. Enquanto isso, o senhor está colocando ECs, empregando sem concurso público.

Há outra coisa que o senhor tem que explicar também. Eu acho que é importante o senhor aproveitar esse espaço. Está pagando 14 mil, 15 mil, 16 mil reais para coordenador de assuntos táticos. O que é isso? Para que serve esse tipo de atividade? Explica para nós, doutor. Acho que é importante o senhor falar. Assuntos estratégicos? Eu não sei se cabe. Eu estou curioso para entender o que é isso.

Com relação à questão do art. 4º, acho que a Deputada Dayse Amarílio colocou muito bem a preocupação. Parece-me que a proposta do Deputado Robério Negreiros contempla o tema. É uma questão de aprofundar mais o debate aqui. Nós temos uma preocupação muito grande com essa questão de terceirização também. Esse negócio de fazer...

(Microfone desligado.)

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Para concluir.

SR. JOÃO CARLOS DIAS – ... fazer essa contratação de verificador independente? Pessoal, esse é um fiscal terceirizado para terceirizar um serviço a ser contratado. Uma terceirização... Você terceiriza o serviço de iluminação pública e não fiscaliza – e tem empregado qualificado, treinado, passado em concurso público! Aí contrata um verificador independente para fazer a fiscalização. Eu acho que tem que aprofundar também. A gente tem que entender o que é isso.

E a preocupação com relação aos empregados. Você está fazendo a outorga – concluindo, Deputada – para a Companhia Energética de Brasília, e os empregados concursados estão todos na CEB Ipes. Então, como faz? Tem que fazer isso. Eu acho que a proposta do Deputado Robério Negreiros é um caminho para se resolver isso, para migrar, para fazer a transferência desses empregados para a Companhia Energética de Brasília.

Eu queria só finalizar e dizer que o sindicato entende que a discussão tem que ser

aprofundada. Mais audiência e mais comissões! O sindicato também vai formalizar documentação aqui para esta Casa.

Muito obrigado, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Com certeza. Um tema muito polêmico. A gente vai precisar ter mais encontros.

Presidente, eu acho que ele fez algumas ponderações diretamente ao senhor. Então, quero dar alguns minutos para o senhor, de uma maneira mais rápida, tentar sanar as dúvidas.

Passo a palavra ao Sr. Edison Garcia, Presidente da CEB.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Sobre esse último ponto, é de seu conhecimento, porque eu já tenho debatido isso amplamente com os empregados, que a nossa proposta é de migrar os empregados do vínculo da CEB Ipes para a CEB Holding. Estou dizendo isso há muito tempo. Você está cansado de saber, João. Não tem nenhuma novidade nisso. Isso no sentido de dar a tranquilidade de que eles fiquem na CEB Holding, que vai ser a concessionária. A CEB Ipes é a empresa operacional do grupo. Você também está cansado de saber disso. Essa é uma proposta que já vem sendo discutida com eles, e a gente está fazendo.

O verificador independente, isso é uma técnica, inclusive prevista na lei, de todas as concessões, no sentido de dar uma garantia externa e independente de que o contrato de concessão está sendo cumprido.

Quanto à questão de sala, de imóvel, isso está no plano de negócios da empresa. Eu acho que dá uma solidez para a sede da companhia. E isso também está no plano de negócios da empresa – o que foi dito –, ainda mais agora que a Neoenergia devolveu o prédio do SIA – Setor de Indústria e Abastecimento. Estamos com ele desalugado. Depois de tantas pressões, ela achou melhor sair de lá e foi para outro lugar. Nós estamos lá e vamos ver se a gente aluga, mas o projeto é realmente desmobilizar aquele prédio para fazer caixa da empresa e utilizar em um negócio da companhia. Então, foi uma decisão muito acertada.

Todo esse seu tom, eu compreendo, pois, nesta semana, você teve mais um dissabor, de tantos que você vem colecionando nos últimos anos. Mas sem problemas. É natural. A vida é assim: perdendo, perdendo, perdendo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Presidente.

Eu acho que a Comissão de Assuntos Sociais faz um papel importante. Já a coloco aqui à disposição para que a gente tenha outros momentos, sindicato. Eu acho que o nosso Líder aqui também fez uns apontamentos muito importantes. Agradeço demais, porque acho que foi muito importante você ter estado aqui.

Quero passar a palavra ao Rogério Ulysses, professor e ex-Deputado Distrital. A Casa é sua. Olha, foi um grande prazer e uma grande honra de te conhecer pessoalmente.

SR. ROGÉRIO ULYSSES – Boa tarde a todos. Eu queria cumprimentar a nossa Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, a Deputada Dayse Amarilio, que traz para Comissão de Assuntos Sociais um tema de infraestrutura, o que demonstra a sua inteligência, a sua sensibilidade para poder ter o protagonismo nesse tema.

Quero cumprimentar o Deputado Robério Negreiros. Acho que o governo não poderia ter liderança melhor neste momento, sobretudo neste momento delicado que o Distrito Federal está enfrentando. V.Exa., além da experiência deste plenário, carrega uma independência política muito forte e uma autoridade política. Então, consegue trazer os temas para o governo com a inteligência do debate, com respeito às diferenças e à oposição, que melhora, e muito, as proposições do Governo do Distrito Federal. Esta Casa tem esta função precípua de debater e de melhorar as propostas do governo.

Cumprimento, também, com muito carinho, a ex-Deputada Júlia Lucy. É muito bom ver V.Exa. aqui. Sua voz sempre foi uma voz muito forte das mulheres desta cidade. Então, tê-la aqui, sem dúvida nenhuma, só engrandece o debate. Cumprimento também o nosso Presidente, Edison Antônio.

Digo o seguinte, Deputado: demorei treze anos para retornar a esta tribuna. Eu aguardo, com resiliência, essa oportunidade, porque fiz um compromisso comigo mesmo: só voltaria aqui quando tivesse a verdade restabelecida. Então, volto para esta Casa, e não tem forma melhor de recomeçar do

que desta tribuna. Agradeço, então, mais uma vez, a V.Exa. e sua equipe a sensibilidade de nos convidar para tratar desse tema.

A comissão geral fala dos riscos e do impacto da falta da iluminação pública. Os riscos são terríveis. Vários estudos demonstram que a ausência de iluminação pública, além de provocar sensação de insegurança, aumenta os índices de violência e deixa os cidadãos reféns no período noturno. E o impacto é tornar mais vulneráveis aquelas áreas que já são extremamente vulneráveis. Eu fui convidado pelos moradores do Morro da Cruz para tentar ajudar nessa demanda que o presidente abordou agora. Saímos daqui, presidente, muito felizes com a solução apresentada por V.Sa.

Os moradores não entendem por que pagam a CIP, a Contribuição de Iluminação Pública, mas não usufruem do benefício de ter iluminação de LED exatamente nas áreas mais vulneráveis, mais carentes e que mais sofrem com a violência urbana. Essa é uma resposta que tem que ser dada com uma ação concreta.

É importante, Deputada Dayse Amarílio, fazermos uma análise cronológica de como chegamos até aqui. Ano passado, esta Casa aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 77, que foi uma inovação porque conseguiu regularizar, do ponto de vista fundiário, áreas que só seriam regularizadas por ocasião da análise do Plano Diretor de Ordenamento Territorial, o PDOT.

O PLC nº 77/2021, amparado em uma legislação federal – a Lei Federal nº 14.467/2017 –, foi uma inovação, uma excepcionalidade para regularizar áreas como o 26 de Setembro, sobre o qual disse aqui o próprio diretor-presidente que não está apto a receber investimentos nem da CEB nem da Neoenergia, por questões fundiárias.

No caso específico de São Sebastião, esse problema não existe. Esse problema foi sanado por força do PLC nº 77/2021. São Sebastião foi a área mais beneficiada por esse projeto de lei complementar, porque tivemos a regularização do Morro da Cruz, do Capão Comprido II e da Vila do Boa. Das cinco áreas que foram regularizadas pelo PLC nº 77/2021, três estão em São Sebastião.

A informação que o presidente nos traz hoje, de que já existe projeto e de que ele tem a capacidade de precificar esse projeto em 2 milhões e meio de reais, já é uma resposta mais avançada do que a que tivemos pelos meios de comunicação, através de uma nota formal da CEB Ipes.

Faço aqui, Sr. Presidente, esse apelo. Vamos fazer de São Sebastião um modelo de implantação, porque estamos, do ponto de vista fundiário, aptos a receber esse investimento. Nós temos a compreensão de que a CIP é para todo o Distrito Federal, mas é, acima de tudo, para as áreas mais vulneráveis, aquelas que mais sofrem com a violência, aquelas onde os moradores são reféns da falta de iluminação pública. Quando a CEB Ipes cumpre com essa função social, ela promove um desenvolvimento em todos os aspectos dessas áreas. Podem ter certeza de que, ao entrar no Morro da Cruz com a iluminação pública, vocês estarão contribuindo não só com a questão da segurança, mas com a qualidade de vida daquela população. E será uma alegria agradecer e dar à CEB Ipes o crédito dessa ação.

Concluo, Sra. Presidente, trazendo aqui, mais uma vez, o meu agradecimento. Quero pedir que, para além do encontro desta comissão geral, V.Exa. seja nossa voz, ao lado do Deputado Robério Negreiros, no sentido de, em regime de urgência, debater essa matéria e viabilizar no orçamento esses 2 milhões e meio de reais, para que a gente possa, definitivamente, instalar a iluminação do Morro da Cruz e em toda São Sebastião.

Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, ex-Deputado Rogério Ulysses.

Gente, vamos fazer um relatório desta comissão. Inclusive, ele falou uma coisa importante que eu uso muito no gabinete: dar voz e vez às pessoas. É isso que estamos fazendo nesta Casa. Quando eu estava conversando com o presidente, estava cobrando dele que temos que ter essa preocupação de olhar a questão da vulnerabilidade. Eu falo muito isso a respeito de saúde, pois, às vezes, a gente tem uma questão de locais. Todo lugar precisa de saúde, mas a gente precisa estudar os locais em que a gente precisa, por exemplo, montar uma equipe onde é mais vulnerável. Transformando isso para iluminação, iluminação é saúde, iluminação é segurança.

Agora, a dificuldade que nós temos... Você traz isso de que o projeto está pronto – e isso é um sinal avançado –, mas temos um problema. Muitas vezes, até como Parlamentares, queremos colocar emendas, mas, se não tiver o projeto, a gente não consegue executar. É a situação da CEB. Como depende da Secretaria de Orçamento, sem o projeto, não se consegue executar.

O que eu tenho falado – a gente vai discutir, rediscutir, e eu estou começando a entender mais

– é sobre a gente talvez dar essa roupagem, essa autonomia, para que a CEB consiga, inclusive, fazer os projetos. A gente tem muita dificuldade em relação a isso, porque fica tudo muito centralizado. Para todas as secretarias, seria a mesma questão, por exemplo, da subsaúde; mas esse é um outro problema que a gente também vai discutir.

Agradeço as considerações, e contem com a Comissão de Assuntos Sociais.

Eu queria passar a palavra agora para um querido, uma pessoa com quem eu já militei muito e que conheço há muito tempo, desde quando eu era sindicalista – continuo sendo, porque sindicalista a gente vai ser para sempre –, Flauzino Antunes Neto, Presidente da CTBDF – Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – Distrito Federal.

Enquanto o Flauzino se aproxima, o Presidente da CEB, Edison Antônio Costa Britto Garcia, vai usar a palavra.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Antes de ele sair, quero dizer primeiro que... Até quero pedir desculpas ao Olavo. Talvez a minha resposta tenha sido muito pragmática e dura na questão da gestão da transição da distribuidora para outra, mas quero dizer que, realmente, eu me solidarizo com a questão.

Eu troquei mensagem aqui até com o meu diretor e com o Secretário de Obras Luciano. O que a gente precisa fazer ali? Os braços nos postes novos que foram instalados. A gente consegue encomendar esses braços em trinta dias. Trinta dias. (Palmas.) Eu falei com o Luciano, a gente tem o projeto. Então, nós vamos lá, nós vamos dar prioridade, no Morro da Cruz, para essa região. Só iremos combinar, depois, o que nós vamos fazer.

Então, desculpem minha objetividade, na questão de como era lá. A gente fez muito esforço. Essa ideia da regularização foi minha. Era uma forma, inclusive, de reduzir perdas da própria distribuidora. O programa Energia Legal foi uma ideia minha. A gente quer regularizar tudo, não só a energia, como também a iluminação pública.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada.

Com a palavra o Sr. Flauzino Antunes Neto.

SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Boa tarde a todos e todas. Nas pessoas da Presidente desta comissão, minha companheira de luta, Dayse Amarilio, Deputada Distrital, e da minha também companheira de movimento sindical de muitos anos Rosângela, eu cumprimento todas as mulheres pela semana do Dia das Mulheres. Isso deveria ser o ano todo, não só um dia, uma semana ou um mês.

Vou falar do debate de hoje, que eu acho importante, muito válido e rico. Eu até queria que o Presidente da CEB me escutasse, porque eu o admiro.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Ele foi ao toalete, mas pediu para eu fazer todo o registro, para responder, Flauzino.

SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Eu admiro o presidente, porque ele trata as questões de forma irônica e até beirando o cinismo; faz com que ele pareça um *gentleman*, mas vai dando porrada em todo mundo sem mostrar que deu. Eu acho que isso é uma habilidade. Eu acho que é uma habilidade; para o mal, mas é uma habilidade. É uma pena que ele não esteja aqui, enfim. Eu pedi para esperar, mas ele não pôde. Como todos os diretores estão ouvindo, passam a ele o relato pelo WhatsApp. Por quê?

Porque, quando o cidadão, como o Olavo que me antecedeu, fica na situação vulnerável de não poder escolher qual é a melhor forma de ser atendido, mas querendo ser atendido, é porque a situação chegou ao caos. A empresa pública, o governo do estado é obrigado a dar todo esse suporte. Não precisa fazer concessão. Arrecada-se imposto para isso, arrecada-se imposto para aquilo e para devolver ao cidadão. Não precisava privatizar a CEB, a distribuidora. Para quê, se ela era uma empresa que tinha lucro, que tinha grandes prêmios?

Para que gastar 34 milhões em salas e vender a outra, para ter capital de caixa? Era só não ter comprado as salas, e o dinheiro já estaria ali. Não precisava ter investido em questões assim. Aí a gente fica indagando o porquê. É o interesse: foi pelo interesse econômico, não foi pelo interesse da CEB. Pode ser interesse escuso, não republicano, e levanta-se a dúvida. É isso o que o sindicato e o Stiu estão levantando. Precisamos apurar. É dinheiro público! “Está em um plano de negócio, então vou fazer”? Espera aí! Calma lá! O maior acionista da CEB é o povo. O povo é que tem que fiscalizar! Esta Casa de leis tem a obrigação de fazer isso.

Entendo, também, que a gente tem várias preocupações que beiraram aqui muita discriminação, porque a gente vê que o Lago Sul tem prioridade – e Ceilândia não tem. Tem cidadãos de classes diferentes, postos e colocados como forma natural... É natural eu falar que a periferia não tem, mas o Setor Comercial Sul tem. É natural. A gente está naturalizando uma discriminação que não deveria haver! Se todos pagam impostos, pagam a taxa de iluminação, por que eu sou discriminado? Por que eu tenho que vir aqui falar que defendo para a periferia de Sobradinho, sendo que outras áreas já têm? Não tem cidadão de segunda classe, contanto que pague imposto. A gente poderia levantar recursos cobrando IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano dos postes da Neoenergia. Seria uma forma de não penalizar o cidadão. Por que não se cobra isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Para concluir, Flauzino.

SR. FLAUZINO ANTUNES NETO – Eu vi discriminação ao falar que um eletricitário não merece receber bem. O executivo merece, entrega bastante! O eletricitário que sobe no poste, mexe no fio de alta-tensão, está lá no caminhão, esse não pode. É discriminação! A gente ficou aqui naturalizando isso! É um absurdo um negócio desse de um presidente de uma empresa tão importante... Quer dizer que o engravatado entrega mais. Ainda é pouco pagar quatorze. Eu queria que todos ganhassem 30 mil. Todos trabalham, todos entregam.

A gente tem muito que avançar como sociedade. Parar com ironias e cinismos, resolver o problema e não deixar margem de dúvida do recurso público. Isso é importante.

Dou parabéns para você, minha Deputada Distrital Dayse Amarilio. O importante é o debate. Acho que promover segurança pública por meio da iluminação é importante, mas tem condição de fazer isso como o governo está fazendo, sem ficar aqui pedindo emenda para fazer politicagem. Emenda para tal lugar, tal lugar, tal lugar, para ganhar voto. Isso é uma troca não muito republicana também.

Era isso, e agradeço.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada, Flauzino.

Eu queria deixar claro que esse é o primeiro debate. Inclusive, quando fizemos a chamada, ampliamos. Procuramos conversar com o presidente. Ele trouxe essa explicação para ampliar o debate.

Eu fui parar no mundo do sindicato, Deputado Robério Negreiros, de uma maneira que eu nunca imaginei. Aprendi muitas coisas no sindicato. Quando eu vim para esta Casa, vi que o debate é muito amplo mesmo! Acho que temos que dialogar. Aqui vemos o quanto amplia a nossa visão saber mediar, saber dialogar. Eu sempre fui uma sindicalista do diálogo. Quem me conhece sabe isso.

Então, vocês sindicalistas, acho que precisamos fazer isso com coerência, abrindo, falando... Vocês podem contar com a comissão, mas sempre mantendo o respeito e sempre mantendo a delicadeza. Acho que assim a gente consegue avançar mais. Vocês podem contar com a Comissão de Assuntos Sociais para isso, porque nós aqui temos uma defesa que transcende – falo agora não como sindicalista. Nunca vou deixar de defender o trabalhador, mas a gente precisa procurar soluções.

Foi a primeira comissão. Eu quero saber todos os detalhes. Eu estava falando para o presidente. Como vai ser fiscalizado? Como vai ser? O projeto vai passar aqui. Vai ser muito discutido. Nós vamos ter fala. Nós vamos fazer isso sempre com muita coerência e com muito respeito.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Vou ser bem rápido, Presidente, porque acho que já falei bastante. Eu queria só falar ao Flauzino.

Nessas comissões, as pessoas são livres para expressar os seus inconformismos também. É bom porque sempre temos direito a uma réplica ou a uma explicação.

Eu não concordo quando V.Sa. diz que as emendas parlamentares são para fazer politicagem ou por questão de voto. Política é chamada de arte da escolha. O governo não consegue fazer tudo ao mesmo tempo. Na vida pública, você tem a vontade política de fazer. Só que, se você não tiver o dinheiro, a coisa não acontece.

Quero dizer a V.Sa. que 2% do Orçamento do Distrito Federal, de forma legal, de acordo com a Lei Orgânica do Distrito Federal, são distribuídos em emendas legítimas de 24 Parlamentares. Até os Deputados de oposição fazem essa...

Para o senhor ter uma ideia, no ano passado, o segundo colocado em execução de emendas,

quase a totalidade, foi um Deputado da oposição, que hoje é Deputado Federal: o Deputado Prof. Reginaldo Veras. E S.Exa. ajudou muitas escolas.

Se a iluminação pública está sem recursos, é justamente por falta de gestão dos outros governos para criar meios capazes de fazer a coisa mudar. É isso que o governo está tentando fazer.

Vocês vêm de sindicato, e sindicato é uma coisa muito importante. Eu venho de sindicato patronal. Apreendi a respeitar também o outro lado. Entrei aqui muito jovem. Já brigava com o Deputado Chico Vigilante desde os 14 anos de idade, em sindicato. Os dois primeiros mandatos foram bem duros aqui. Hoje, eu tenho uma convivência muito respeitosa com o Deputado Chico Vigilante, que é o decano desta Casa, com cinco mandatos. Eu olho para trás e falo assim: já estou no quarto mandato.

Quero dizer que não concordo com isso. Não tem essa questão. Político, para estar aqui, precisa de voto. Sem hipocrisia, é voto. Ninguém está pensando nisso, em absoluto. Se eu tenho 25 milhões, 26 milhões em emendas – cada Parlamentar tem – e se eu posso colocar um pouco em cada lugar, eu vou escolher. E a escolha é legítima. Se eu escolho determinada localidade, é legítimo. Então, dessa parte do que V.Sa. falou, discordo plenamente, mas respeito a divergência de entendimento em relação a isso.

Peço que você pesquise um pouco mais sobre o que é o instituto da emenda parlamentar. Ele é tão nobre, tão nobre, que nenhum governo, por exemplo, consegue fazer fomento. Nós conseguimos fazer fomento, indicando entidades, fomentando a cultura. É certo que, às vezes, isso gera problema. A gestão é do Poder Executivo. Isso faz parte de qualquer Estado.

Agora, quando eu mando, deixo bem claro que a execução não é de minha responsabilidade e peço que sejam observados os princípios constitucionais inerentes ao bom gasto público.

Então, a emenda parlamentar é muito importante.

Eu mandei muita emenda para iluminação porque o resultado é muito grande.

Eu acho que só teve um caso, no meu segundo mandato, que foi muito engraçado. Eu botei uma emenda no Paranoá, para melhorar a iluminação porque tinha começado o LED naquela época. Aí um morador reclamou que tinha ficado muito claro. Eu falei assim: "Eu não entendo, realmente". Falo mais a título de brincadeira, mas isso ajudou a tirar pequenos traficantes do Paranoá, por exemplo, quando a gente começou com a iluminação de LED. A iluminação de LED que existe no Paranoá foi colocada, praticamente, com 60% de emendas da minha autoria. Como eu não consigo fazer tudo, escolho algumas localidades – escolhas que, como eu disse, são legítimas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – São legítimas e tem a questão das ferramentas da transparência.

Eu posso ser utópica, mas ainda acredito que o sindicato tem uma função muito grande de transformar as realidades sociais por meio das suas categorias. Por isso que nós temos que buscar meios de resolver as questões. E buscar meios não é fácil, dialogar não é fácil, é sempre muito difícil, é sempre um grande desafio. Eu descobri um pouquinho o que era política e qual a diferença também.

Nós estamos na reta final.

Às 19h, teremos outra audiência no plenário em comemoração ao Dia Internacional da Mulher. Esta semana está cheia de audiências em comemoração a esse dia. Merecemos isso o ano inteiro.

Concedo a palavra à Sra. Patrícia Carvalho dos Santos, Presidente do Conselho Comunitário da Asa Sul.

Pode falar de onde você quiser.

SRA. PATRÍCIA CARVALHO DOS SANTOS – Vai ser rapidinho, Deputada.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Fique à vontade.

SRA. PATRÍCIA CARVALHO DOS SANTOS – Parabéns por esta audiência.

Acho que nós estávamos precisando debater esse tema, que é muito importante. Eu estou aqui representando os moradores da Asa Sul. Sou do conselho comunitário. Eu gostaria de fazer duas perguntas para o Sr. Edison.

A primeira é a seguinte: já está acessível o cronograma de efficientização das quadras que

ainda não receberam a iluminação nova?

A segunda pergunta é: nós sentimos muita falta da interação entre o DPJ – Departamento de Parques e Jardins, a CEB e a SSP – Secretaria de Estado de Segurança Pública. Por quê? Muitos postes estão obstruídos pelas árvores e prejudicam a iluminação. A iluminação já não é boa. Algumas quadras receberam a iluminação nova na Asa Sul por meio de emenda parlamentar. E as quadras que ainda não receberam, quando serão contempladas?

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada. Concedo a palavra ao Sr. Edison para responder.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Muito obrigado pela sua pergunta.

Inicialmente queria registrar que estamos fazendo um monitoramento diário em todas as quadras para ver essa questão da manutenção, seja nas quadras da Asa Sul, da Asa Norte e nas passarelas subterrâneas. A gente faz manutenção diária com as equipes rodando naquela região.

Esse problema das árvores é bastante grande. Eu até tenho uma reunião com o Fernando Leite, Presidente da Novacap, para a gente alinhar um programa de poda. Esse, também, é um trabalho que a Novacap faz com muita dificuldade porque são mais de 6 milhões de árvores no Distrito Federal. A Novacap ficou três anos sem contrato – 2017, 2018 e 2019 –, aí conseguiram contratar as empresas para fazer as podas.

Então, o que é muito importante que o conselho comunitário faça? Articule com os prefeitos das quadras, demande à Novacap e indique onde é a prioridade. A gente, realmente, não tem perna para fazer essa correlação de poste com a questão das árvores. Mas ali a poda é uma solução.

O que a gente aprendeu na iluminação das quadras Asa Sul e Asa Norte? A iluminação de quadras no planejamento urbano do passado – eu brinco que é mais ou menos como quando você define a iluminação do acesso do cinema para quem chega atrasado – não é para iluminar, é para você não errar o caminho. Ela não tinha o pressuposto que a população demanda de ser uma iluminação para transformar – para você viver, Deputada – num ginásio de esportes, é para você saber onde mais ou menos você vai chegar no seu prédio.

Então, em toda a Asa Sul e a Asa Norte, quando é uma quadra nesse padrão de planejamento urbanístico antigo, a gente tem que colocar pelo menos de 15 a 25 postes novos, sob pena de criarmos buracos negros nas quadras. A diferença do vapor de sódio para o LED é que o vapor de sódio é mais de amplo espectro, apesar de ser mais fraco. O LED é mais forte e mais focado. Então, quando você troca os postes só por LED, entre eles, criam-se buracos negros.

Muitas das nossas equipes que desenvolvem os projetos – e são equipes próprias da companhia – têm que fazer redes novas e fazer expansão nas quadras do Plano Piloto.

Como é o planejamento que a gente fez? No ano passado, eu sentei com a Ilka Teodoro, que era Administradora do Plano Piloto, para onde vão muitas das emendas. Qual a estratégia que usamos? Começamos com o Luz que Protege nos pontos considerados de violência.

Começamos, na Asa Norte, pelas quadras 407 e 408. Naquela época, a mídia noticiava sobre o Homem-Aranha, que estava subindo no primeiro andar dos prédios de três andares. Ele estava assaltando o primeiro andar. Nós fizemos a 407. Foi a primeira quadra que a gente fez. Eu recebi a visita do prefeito para agradecer, porque o furto de veículos acabou e o Homem-Aranha mudou de quadra. Não se sabe para onde ainda, mas o fato é que lá acabou. Também iluminamos as baladas. Não sei se a gente ajudou, mas o fato é que a balada ali ficou mais iluminada.

Aí nós entramos numa linha de estratégia das quadras 400 da Asa Norte. Começamos a trabalhar na W3 Norte e nos comércios das quadras 700. Eu tenho muita demanda das 700 Norte, por conta daquela invasão que tem no CEUB – Centro Universitário de Brasília. Ali tem muito furto e tráfico de drogas.

É engraçado, porque eu participo muito do Conseg. Cheguei no Conseg, e uma moradora me disse: “Presidente, tem que trocar as lâmpadas todas, porque tem tráficos de drogas. Aqui tem tanto tráfico de drogas, que, o senhor imagina, 2 e meia da tarde tinha um vendendo droga.” Então, eu falei: “Se eu colocar o sol à noite, também não vai resolver o problema de tráfico de droga. Vamos ouvir a PM, para resolver o problema, porque isso aí não é falta de iluminação.” Mas a gente está fazendo também um estudo nas quadras 700, porque a gente identificou isso.

Na Asa Sul, nós começamos uma estratégia. Eu falei: “Ilka, como é que a gente vai fazer isso agora?” Aí nós começamos a pensar o seguinte: na Asa Sul, seria da 2 para a 16. Por quê? Porque a

gente tem na 302, na 402 e tal, um ponto de concentração de drogados, craqueiros, algo assim. Eu já ouvi uma lenda – não posso nem afirmar aqui – de que isso tem a ver com a proximidade de farmácias. Eu não sei se isso é verdade. Eu não posso nem trazer isso como uma informação prudente, mas o fato é que eles existem. A gente viu, recentemente na mídia, um homem sendo queimado ali e tal. O fato é que ali tem uma concentração. Eu recebi a prefeita da 403, a da 302 etc.

Aí veio a emenda do Deputado Leandro Grass para fazer a 402. Nós aproveitamos que foram 4 milhões de reais alocados na secretaria, na Administração Regional de Brasília, e acertamos com a Ilka. O Deputado queria a 402 e a 211. Por quê? Não sei, mas ele escolheu a 211, como escolheram a 213 Norte. A Deputada Arlete Sampaio escolheu a 106 Norte. Depois, eu soube que ela mora lá. Enfim, cada um escolhe a emenda, como disse aqui muito bem o Deputado Robério Negreiros, dentro de uma estratégia, que é a estratégia pessoal da destinação. A nós cumpre obedecer. Eu não vou falar: “Não. Não é na 211.” A gente vai atendendo...

Aí o pessoal pergunta: “Ah, por que foi na 211, por que colocou na minha?” Isso tem gerado uma demanda enorme porque, quem conhece a quadra com LED — como eu disse aqui mais cedo, confesso que não sei se a senhora estava aí – e volta para a sua quadra de vapor de sódio realmente reclama muito, porque é uma sensação de escuridão.

Então, o nosso planejamento... Vamos dizer que eu tenho a concessão. Eu tenho caixa hoje para começar com 150 milhões, tenho capacidade de fazer 850 milhões para o ano que vem. Tenho caixa? A estratégia na Asa Sul é começar da 2 para a 16 e fazer tudo. Entendeu? Vamos arrumar as quadras 700. Nós fizemos muitas quadras 700 na Asa Sul com emendas também. A gente faria o Plano Piloto assim.

Agora, por conta desse evento de 8 de janeiro, nós estamos fazendo toda a região da Esplanada dos Ministérios. Há um pouco da questão de ser um ponto turístico da cidade e tal. Em volta dos ministérios, atrás da Câmara dos Deputados, aqueles estacionamentos são muito escuros, então, eu tive demanda da Câmara dos Deputados e do Senado.

Hoje a governadora, como eu disse mais cedo, inaugurou um novo batalhão da PM atrás do anexo do Senado, ali perto da garagem do Ministério da Fazenda. A gente está fazendo um programa todo de LED ali também, em função da questão de segurança dos ministérios.

Enfim, realmente a demanda é para todo lado. E não tem aqui – longe de ter – qualquer direcionamento da CEB, do governo, do governador: “Ah, é Lago Sul, é Plano Piloto...” Nada. Ao contrário. No ano passado, a grande demanda, por razões que não me cabe aqui discutir ou dizer, foi onde? Ceilândia, Sol Nascente, Taguatinga, Samambaia. Foi tudo para lá, pouco se fez na Asa Sul. Muito se fez nas periferias.

Não sei se a senhora viu o mapa que a gente abriu no começo. Se a gente olha a cidade, está espalhado para todo lado. Há algumas concentrações por opções parlamentares. O Riacho fundo está 100%. O Deputado de Riacho Fundo foi lá, colocou emenda, fez 100%.

O Deputado do Guará foi para o Guará e fez muita coisa lá. O Deputado do Cruzeiro foi lá. O Deputado de Sobradinho foi lá. O Deputado Iolando pegou Brazlândia, que é a base dele – ele quer iluminar 100% de Brazlândia –, e destinou o que pôde de emenda para lá.

Então, isso foi muito o quê? Complementando o saldo CIP, que é menor do que o necessário. Eu não sei se eu respondi todas as suas demandas, mas a estratégia de Plano Piloto é fazer das quadras 2 para as 16.

SRA. PATRÍCIA CARVALHO DOS SANTOS – Um morador de rua foi queimado vivo em uma briga por conta de drogas. Nós temos nas quadras 102, 302 uma grande circulação de pessoas em situação de rua, pela proximidade do setor comercial. Então, são quadras que demandam... A 302 e a 402 já receberam a iluminação de LED. A 103, então, parece dia, porque, além dos postes altos, tem os postes baixos, que têm aquela bifurcação. Então, eles iluminam superbem. E a 102 ficou no escuro.

A gente vê a questão da circulação dessas pessoas e a gente não sabe... Nós ficamos assim à mercê, porque a gente não sabe quem, realmente, está precisando de ajuda. Tem também os infiltrados que estão no meio dessas pessoas para cometer crimes. Então, fica muito difícil mesmo a questão da segurança.

No restante da Asa Sul também. Nós temos a 209 Sul, que, por exemplo, é uma quadra superescura, com muitas árvores que obstruem e dificultam a iluminação dos postes, que já são precários. A gente sente a dificuldade dessa falta de integração, de interação entre os órgãos, DPJ, CEB e segurança pública.

A gente sabe que a Polícia Militar não consegue estar em todos os lugares ao mesmo tempo. Eles fazem o que podem e o que está ao alcance deles. Mas tem essa questão, e eu acho que isso tem que ser conversado. Os dois órgãos, a CEB e o DPJ, têm que fazer um levantamento do poste que está obstruído, realizar uma poda de emergência, fazer um estudo mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Patrícia, são ótimas colocações, mas, infelizmente, a gente vai ter que acelerar, porque o Cerimonial já falou que eles precisam arrumar o plenário para a próxima sessão, que vai começar em quatro minutos.

Eu sinto essa dificuldade, também, porque a questão da poda é um outro grande problema do Distrito Federal que eu descobri depois que eu entrei na Casa.

SRA. PATRÍCIA CARVALHO DOS SANTOS – Exatamente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Então, são muitos desafios. A comissão está aberta para ouvir vocês, para a gente fazer essa interlocução. Quero dizer que a Asa Sul tem uma excelente prefeita, porque ela sabe de tudo, de todas as quadras.

Qualquer coisa, no finalzinho, a gente conversa aqui, também, está bom?

SRA. PATRÍCIA CARVALHO DOS SANTOS – Eu agradeço muito pelo espaço, Deputada. Que V.Exa. possa realizar outras audiências a respeito da iluminação pública. E tem outros temas que também são muito importantes...

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Com certeza.

SRA. PATRÍCIA CARVALHO DOS SANTOS – E vai ter muito assunto aí pela frente.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Vou trabalhar demais.

Gente, vou passar a palavra para o último orador, não menos importante, Sr. Rodrigo Messias, diretor de informação. Eu só peço que fique nos três minutos.

SR. RODRIGO MESSIAS – Olá, boa noite a todos.

Quero parabenizar a Deputada Dayse Amarilio e, na pessoa dela, saudar toda a Mesa.

Eu vou ser breve.

Parabenizo esta comissão pela exposição de um assunto muito importante que é a iluminação pública, porque, lembrando tempos atrás, não passou por esta Casa a venda da CEB Distribuição. Então, é muito importante trazer esse debate para esta Casa, para que possamos realmente trazer políticas boas para a iluminação pública do Distrito Federal.

Eu só quero trazer um ponto para que esta Casa o coloque em debate. Temos uma grande mão de obra de trabalhadores que passaram em concurso público, mais de quinhentos trabalhadores, os quais podem ser aproveitados para melhorar a iluminação pública do Distrito Federal.

Pelo que eu vi na apresentação, quanto mais rápido o Distrito Federal colocar, melhorar o seu parque energético de iluminação de LED, mais ele vai economizar ao pagar a energia elétrica para a concessionária de energia.

Então, para se fazer esse serviço mais rápido, é preciso de mais recursos humanos, e temos esses recursos humanos para serem aproveitados. Então, o que eu queria botar em debate aqui nesta Casa é a possibilidade de a CEB Ipes, junto com a CEB Holding, ter esse aproveitamento e usar a mão de obra desses trabalhadores que passaram em concurso público. Eu acho que vai melhorar o serviço de iluminação pública do Distrito Federal.

Esse é o debate que eu coloco a esta Casa, para que ele passe pelas comissões. Com isso, que possamos forçar o Governo do Distrito Federal a trazer essa melhoria para resolver essa situação, tanto da iluminação pública do Distrito Federal, quanto dos empregados públicos que passaram em concurso.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Rodrigo, obrigada. Eu acho que você vem ratificar algumas coisas em que avançamos hoje aqui, inclusive com o nosso Líder, com o presidente aqui na Mesa. Eu acho que temos toda a possibilidade de lutar e conseguir isso, até porque essa mão de obra é realmente muito qualificada. Então, conte com a gente.

Bem, já estamos aqui encerrando, indo para os agradecimentos finais.

Deixo claro que nós solicitamos, via comissão, um parecer técnico do legislativo da Casa sobre

o projeto. O projeto realmente precisa de um parecer técnico. Serei a relatora desse projeto na Comissão de Assuntos Sociais. Eu farei um parecer sobre esse projeto. Vou disponibilizar isso não só aos 5 Deputados da comissão, mas a todos os 24 Parlamentares e também ao Líder do Governo, para que possam discutir com o governo e com o senhor todo esse parecer também, antes de o projeto continuar e ser colocado aqui em plenário.

Concedo a palavra ao Diretor-Presidente da CEB, Sr. Edison Antônio Costa Britto Garcia, para os agradecimentos finais.

SR. EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA – Deputada, muito obrigado. Eu queria fazer uma sugestão muito importante: que a senhora promova, com a área técnica desta Casa, uma reunião conosco, para a área técnica entender o projeto na sua inteireza, com toda a minudência e transparência, antes de os pareceres serem feitos. Esse é um pedido que eu quero deixar aqui registrado.

Agradeço muito à senhora e agradeço ao Deputado Robério Negreiros, Líder do Governo, pela participação, pelos comentários. Quero dizer que foi espetacular esta sessão, esta sua iniciativa. Agradeço a todos que aqui vieram, ao sindicato, à Rosângela e a todos que participaram.

Quero chamar o sindicato para uma discussão de pauta positiva, de pauta futura. Vamos deixar o ranço para trás sobre aquilo que não temos mais que discutir. Vamos para uma pauta construtiva. Não adianta ficar organizando um debate infrutífero. Acho que isso não constrói.

Quero agradecer à minha diretoria, que está aqui presente; à área técnica, que me ajudou a fazer e que constrói comigo; aos empregados da casa; aos ECs, que são maravilhosos e que trabalham muito; também a todos os que participaram aqui pela comunidade; e à equipe técnica da Câmara Legislativa.

Muito obrigado e vamos trabalhar pelo nosso DF, pela nossa comunidade, que merece uma iluminação melhor.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigado, presidente.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros, para a finalização.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, serei bem rápido.

Presidente, você errou numa colocação. Você mostrou, naquele quadro, onde tem LED, onde tem aquela iluminação de sódio. Eu fui até o seu diretor de regulação, e ele disse que o que estava apagado era aquela – eu me lembro de menino, eu nem sabia que ainda existia – lâmpada de mercúrio, aquela que apagava quando dava um pico de luz e demorava ainda alguns minutos... Ele disse que o que estava apagando... Eu não sabia nem que existia essa ainda, eu achava que era só a de sódio.

Isso demonstra mais uma vez que a gente precisa de meios, que é o que o governo está buscando, para poder melhorar. E o próprio Rogério Ulysses disse que também não se faz nada com vontade política somente. Isso é importante.

Está sendo feita uma tentativa do governo, mas a questão orçamentária é importante. É importante a luta da bancada federal do Distrito Federal – na Câmara dos Deputados e no Senado Federal – para trazer recursos de bancada para implementar o orçamento e também justificar esse esforço de legislação.

Quero dizer ao Rogério Ulysses que eu me coloco à disposição. Eu sei que os Rogérios dominam lá, não é? Mas eu acho que, em política, quanto mais Parlamentar... Eu sempre respeitei. Como eu trabalho em todas as cidades, eu sempre entrei e nunca falei mal de absolutamente ninguém, muito pelo contrário. Digo que eu posso ser também um meio, pois política a gente pode fazer em todo lugar, tem espaço para todo mundo.

Quero dizer que posso receber de vocês algumas demandas e também mandar emendas parlamentares. Quero dizer ao rapaz ali que é importante isso. Eu estou fazendo uma escolha justamente porque também é uma área muito carente que tem se desenvolvido bastante e precisa muito.

Rogério, a próxima vez que você falar aqui, tem que falar da maneira aguerrida igual a como você fala na rede social, que fica mais efusivo.

PRESIDENTE (DEPUTADA DAYSE AMARILIO) – Obrigada.

Eu queria agradecer à Rosângela, ao Subsecretário de Fazenda.

Devido ao avançar do horário, nós precisamos realmente liberar para a próxima audiência. Eu queria agradecer e, inclusive, me comprometer com o presidente a chamar não só a Comissão de Assuntos Sociais, mas todas as comissões por onde vai passar o projeto, para que possamos fazer essa discussão anterior.

Eu faço o compromisso de tentar mediar isso.

Vou ler aqui a Ata Sucinta da 14ª Sessão Ordinária da 1ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura. Porém, tenho que, primeiro, encerrar a comissão geral para, após, ler a ata da sessão anterior. Então vamos lá.

Agradecendo a todos os Parlamentares, às autoridades, aos demais convidados e à população que honraram a Câmara Legislativa com a sua presença, declaro encerrada a comissão geral.

Encerrada a comissão geral, dá-se prosseguimento à sessão ordinária que lhe deu origem.

Sobre a mesa, a seguinte ata de sessão anterior:

- Ata da 14ª Sessão Ordinária.

Não havendo objeção do Plenário, esta Presidência dispensa a leitura e dá por aprovada sem observações a ata mencionada.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h05min.)



Documento assinado eletronicamente por **TATIANA DE AMORIM PACHECO - Matr. 16872, Consultor(a) Técnico - Legislativo**, em 14/03/2023, às 16:50, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



Documento assinado eletronicamente por **MIRIAM DE JESUS LOPES AMARAL - Matr. 13516, Chefe do Setor de Taquigrafia**, em 14/03/2023, às 17:11, conforme Art. 22, do Ato do Vice-Presidente nº 08, de 2019, publicado no Diário da Câmara Legislativa do Distrito Federal nº 214, de 14 de outubro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.cl.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Código Verificador: **1079638** Código CRC: **5E362C78**.